



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO-SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL

TEREZA CRISTINA OLIVEIRA RODRIGUES

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BELÉM:
UM OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL**

Belém
2001

TEREZA CRISTINA OLIVEIRA RODRIGUES

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BELÉM:
UM OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, do Curso de Pós-Graduação *Stricto-sensu* da Universidade Federal do Pará.
Orientadora: Profa. Dra. Silvia Cristina da Costa Stockinger

**Belém
2001**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

R696 Rodrigues, Tereza Cristina Oliveira
A política de educação ambiental no Município de Belém: um olhar do serviço
social / Tereza Cristina Oliveira Rodrigues. – 2001.
87 f.

Orientadora: Silvia Cristina da Costa Stockinger

Dissertação (Mestre) – Universidade Federal do Pará, Curso de Pós-graduação
Stricto-sensu, Belém, 2001.

1. Serviço Social. 2. Educação Ambiental. I. Título.

CDU: 364.442+37:504

TEREZA CRISTINA OLIVEIRA RODRIGUES

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BELÉM:
UM OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL**

Data da aprovação: 28/12/2001

BANCA EXAMINADORA

**Profa. Dra. Silvia Cristina da Costa Stockinger - Orientadora
Universidade Federal do Pará**

**Profa. Dra. Heliana Baia Evelin Soria
Universidade Federal do Pará**

**Prof. Dr. Norbert Fenzl
Universidade Federal do Pará**

**Belém
2001**

A Deus, por seu dom de infinita sabedoria,

À querida mãe Benedita Oliveira Rodrigues,
pelo seu companheirismo e amor que dedicou
a mim no decorrer deste trabalho e dedica até
hoje, no decorrer de minha vida. Te amo
mãezinha,

Ao meu velho pai, Sebastião Paes Rodrigues,
pelos ensinamentos necessários e
imprescindíveis,

À amada irmã Silvana Patrícia Rodrigues, pelo
zelo e profunda amizade tão indispensável em
minha vida,

Aos irmãos Augusto Rodrigues e Socorro
Rodrigues, pela força e amizade.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Heliana Baía, pela convivência e ensinamentos no decorrer do curso;

À orientadora Profa. Dra. Silvia Stockinger, pela contribuição indispensável para a concretização deste trabalho;

Ao Prof. Dr. Saint Clair Cordeiro da Trindade Júnior, pela credibilidade e ensinamentos para a construção do objeto de estudo desta pesquisa;

Ao Sr. Wilson e Sra. Jaci Mourão e Sr. Rivanilson Mourão, pela paciência e compreensão que tiveram no decorrer deste trabalho;

À Charlene e Waldir, pela força e amizade que me dispensaram;

À Sra. Kátia Homodono e ao Sr. Maurício Machado, pelas informações prestadas, as quais foram fundamentais para a realização deste trabalho;

Às assistentes Sociais, Cristina Santos, Márcia Andréa, Terezinha do Vale, Emojava Barata e Cláudia Lago, pela contribuição relevante para a concretização da pesquisa de campo;

À Dra. Josemery Santos (Diretora da Unidade Municipal de Fátima – UMS), pela compreensão dispensada para a efetivação deste estudo;

Ao Eng. Matos, pela cooperação para a finalização deste trabalho;

A todos os colegas do curso de mestrado, pela convivência e aprendizado mútuo no decorrer do mesmo;

In Memoriam: à amiga Deuza Carvalho, pela convivência e contribuição potencializadas em discussões, reflexões feitas ao longo do curso de mestrado de Serviço Social e ao irmão Manuel Luiz Rodrigues, pela credibilidade a mim dedicada.

Não serei o poeta de um mundo caído
Também não cantarei o mundo futuro
Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças
Entre eles considero a enorme realidade
O presente é tão grande, não nos afastemos
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história
Não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida
Não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens
presente
A vida presente!

(Drummond, 1963: 117)

RESUMO

Este trabalho tem por objeto analisar a Política de Educação Ambiental no Município de Belém, possibilitando através de nossas experiências na área do Meio Ambiente, materializadas a partir da inserção em projetos de extensão e de pesquisa, potencializados pela Universidade Federal do Pará.

À luz destas experiências, analisamos teoricamente a Educação Ambiental, e fundamentamos nossas argumentações, na necessidade desta ser concebida como Política Social.

A indagação e discussão sobre esta questão, emergiu como tema central de nosso estudo, que perpassa sobretudo pelo Serviço Social, profissão que nas últimas décadas do século XX, e no novo milênio, vem confirmando suas ações na defesa intransigente da democracia, da justiça, da liberdade e dos direitos humanos.

A partir deste pressuposto, apresentamos a Educação Ambiental como uma nova demanda ocupacional para o Assistente Social, nesse sentido analisamos a intervenção deste profissional no Município de Belém-PA, no tocante a Educação Ambiental. Para tanto, potencializamos nossa pesquisa em três órgãos do Governo Municipal: FUNBOSQUE, FUNVERDE e SEHAB.

Este trabalho tem por objetivo último, propiciar argumentos teóricos para avançar no debate da categoria, vislumbrando novas competências teórico-práticas e ético-políticas acerca da Educação Ambiental.

Palavras-chaves: Serviço Social. Educação Ambiental.

ABSTRACT

This work has for object to analyze the Politics of Environmental Education in the Municipal district of Belém, making possible through our experiences in the area of the Environment, materialized starting from the insert in extension projects and of research, potentiated by the Federal University of Pará.

To the light of these experiences, we analyzed the Environmental Education theoretically, and we based our arguments, in the need of this to be conceived as Social Politics.

The inquiry and discussion on this subject, emerged as central theme of our study, that above all for the Social Service, profession that in the last decades of the century XX, and in the new millennium, it is confirming their actions in the uncompromising defense of the democracy, of the justice, of the freedom and of the human rights.

Starting from this presupposition, we presented the Environmental Education as a new occupational demand for the Social worker, in that sense we analyzed this professional's intervention in the Municipal district of Belém-PA, concerning Environmental Education. For so much, we potentiated our research in three organs of the Municipal Government: FUNBOSQUE, FUNVERDE and SEHAB.

This work has for last objective, to propitiate theoretical arguments to move forward in the debate of the category, glimpsing new competences theoretical-practices and ethical-politics concerning the Environmental Education.

Keywords: Social Service. Environmental Education.

LISTA DE SIGLAS

AGAPAN	- Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AIA	- Avaliação do Impacto Ambiental
BHC	- Benzene Hexachloride
CEAs	- Encontro Nacional do Centros de Educação Ambiental
CEAS	- Centro de Estudos e Ação Social
CFC	- Clorofluoreto de Carbono
CNUMAD	- Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONAMA	- Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONSILHA	- Conselho de Representantes da Ilha de Outeiro
CPCS	- Centros Populares de Cultura
DDT	- Dicloro Difenil Tricloroetano
DNAE	- Departamento Nacional da Águas e Energia
DNER	- Departamento Nacional de Endemias Rurais
DNOCS	- Departamento Nacional Contra as Secas
DNOS	- Departamento Nacional de Obras e Saneamento
EIA	- Estudos de Impacto Ambiental
FCAP	- Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FEEMA	- Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente
FUNBOSQUE	- Fundação Escola Bosque
FUNVERDE	- Fundação Parques de Áreas Verdes de Belém
IBAMA	- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBDF	- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ISPN	- Instituto Sociedade, População e Natureza,
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
MCPS	- Movimentos de Cultura
MEB	- Movimento de Educação de Base
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	- Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEAs	- Núcleos de Educação Ambeintal

ONGs	- Organizações Não-Governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PIEA	- Programa Internacional de Educação Ambiental
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODASEC	- Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais
ProNEA	- Programa Nacional de Educação Ambiental
RIMA	- Relatório de Impacto Ambiental
SEHAB	- Secretaria Municipal de Habitação
SEMA	- Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNAMA	- Sistema Nacional de Meio Ambiente
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SUREHAMA	- Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Paraná
UFPA	- Universidade Federal do Pará
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UICN	- União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS: POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.16	
2.1 UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA	16
2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEU PROCESSO HISTÓRICO	25
2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA SOCIAL.....	41
3 UMA LEITURA DA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	56
3.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA NOVA FRENTE DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ASSISTENTE SOCIAL.....	61
4 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BELÉM-PARÁ.....	67
4.1 ANÁLISE QUALITATIVA DE ALGUNS ÓRGÃOS QUE EXECUTAM A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BELÉM: FUNBOSQUE, FUNVERDE E SEHAB	68
4.2 A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BELÉM.....	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

A temática desta dissertação está intimamente relacionada a um processo de vivências e questionamentos, suscitados a partir da inserção no Projeto de Extensão do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), nos anos de 1994-1996, intitulado “Assessoria às Organizações Sindicais e Comunitárias Rurais no município de Barcarena-PA”, nesta oportunidade, trabalhamos a Educação Ambiental com os moradores de uma área impactada pelo projeto Caulim, naquele município.

A partir dessa experiência, participamos do curso de Especialização em Educação Ambiental na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), no ano de 1996, no qual obtivemos um aprofundamento teórico metodológico acerca da Educação Ambiental. À luz desta questão, suscitamos o interesse de trabalharmos a Política de Educação Ambiental no Município de Belém.

Escolhemos investigar a esfera municipal devido esta apresentar-se em um importante campo na Gestão de Políticas de Educação Ambiental, visto que mediante à este fato, foram criados órgãos que trabalham com essas políticas no município de Belém, a saber: Fundação Parques de Áreas Verdes de Belém (FUNVERDE), Fundação Escola Bosque (FUNBOSQUE), Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

A questão ambiental fundamenta-se hoje como um dos mais graves e urgentes problemas que os homens vêm se defrontando. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental se constitui em um debate bastante focado na atual sociedade.

A Educação Ambiental emergiu no final da década de 60 e está intimamente relacionada ao movimento internacional que foi promovido neste período, com a concretização do Relatório de Roma.

A partir da efetivação deste relatório, houve vários encontros internacionais, os quais foram sistematizando os problemas ambientais causados pelo homem. Nestes encontros viabilizaram-se questionamentos acerca do desenvolvimento econômico sem limites que causaram danos irreparáveis ao meio ambiente.

Porém, foi Tbilissi (Geórgia) no ano de 1977, que rompeu-se com a visão ecologista do meio ambiente, uma vez que, uma de suas recomendações era a

adoção de alguns critérios para o desenvolvimento da Educação Ambiental, considerando todos os fatores que compõem o meio ambiente, ou seja, os fatores políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, éticos, culturais e ecológicos.

Esta leitura ampliada da categoria meio ambiente, traz uma reflexão crítica da problemática ambiental. Neste sentido, os fatores sócio-econômicos e políticos interagem com fatores ecológicos, é a partir desse pressuposto que a Educação Ambiental deve ser respaldada.

A Educação Ambiental deve nortear uma compreensão crítica e inovadora em qualquer tempo ou lugar em seu modo formal ou informal. Está deve fomentar e potencializar o poder das diversas populações, estimular oportunidades para mudanças democráticas que estimulem os setores menos favorecidos da sociedade. Nesse sentido, deve ser trabalhada como política social que tem como premissa a formação de cidadãos conscientes e participativos que reivindiquem seus direitos na sociedade.

Ao longo do estudo sobre Educação Ambiental, refletimos acerca das ações que a norteiam. Entendemos que essas ações devem estar norteadas em um viés político, os quais tenham como finalidade respaldar profissionais comprometidos e conhecedores de sua realidade.

Nesse sentido, discutiremos a prática profissional do assistente social frente às políticas sociais, em especial as políticas de Educação Ambiental no município de Belém.

Esta análise será feita por compreendermos que o assistente social é também um educador, tendo sua prática permeada por sua ação sócio-educativa.

À luz dessa questão, discutimos a gênese do Serviço Social, fomentando reflexões que norteiam o compromisso profissional do assistente social, compromisso que passou a ganhar uma dimensão relevante com a Reconceituação da profissão.

O Movimento de Reconstituição representou para o Serviço Social avanços teóricos, metodológicos e políticos, pois trouxe o desejo de superar o Serviço Social tradicional, que foi transplantado da Europa e dos Estados Unidos, para a realidade latino-americana.

Faremos uma reflexão das demandas que se apresentam para o Serviço Social, analisando-as sob duas dimensões conceituais, a saber: as tradicionais que

são submetidas a um processo de atualização e as emergentes que apresentam novas necessidades sociais.

Compreendemos que a Educação Ambiental insere-se nas demandas emergenciais, pois está requer estratégias inovadoras, que passam a ser desenvolvida pelas classes sociais, apontando para a ampliação do espaço ocupacional do Serviço Social.

Para concretizarmos tal análise realizamos inicialmente uma rigorosa pesquisa, com finalidade de fundamentar a análise acerca das políticas sociais direcionadas para o meio ambiente, procurando refletir o contexto histórico, no qual essas políticas foram viabilizadas.

A pesquisa bibliográfica começou a partir da escolha do tema do projeto, no qual levantamos autores que executam análises sobre a noção de Política Social e Educação Ambiental. Nesse sentido, fizemos uma pesquisa preliminar definindo as esferas do governo que iríamos trabalhar, são elas: Federal, Estadual e Municipal.

De acordo com o levantamento preliminar das políticas de Educação Ambiental executadas pelas mesmas, selecionamos a esfera Municipal, devido esta apresentar-se em um importante campo de gestão destas políticas em Belém. Os órgãos investigados no trabalho são: FUNVERDE, FUNBOSQUE e SEHAB.

A partir desse pressuposto, analisamos os documentos destes três órgãos que expressam as concepções e propostas referentes à política de Educação Ambiental no município de Belém, bem como, o conteúdo e os fundamentos das políticas que norteiam as ações de Educação Ambiental em âmbito municipal.

Dentre os documentos investigados, destacam-se:

- Regimentos internos da FUNVERDE, o qual expressa as diretrizes da política de meio ambiente deste órgão no município de Belém;
- os projetos sociais que expressam a diretriz da política de educação ambiental executadas pela SEHAB;
- projetos e programas sociais desenvolvidos pela FUNBOSQUE;
- programa do governo municipal em seu capítulo V, que trata exclusivamente da política de meio ambiente para Belém.

Com vistas a este objetivo, fizemos um levantamento do número de assistentes sociais que trabalham nestes órgãos, com as quais realizamos coleta de informações a partir de entrevistas gravadas.

Dos órgãos investigados, apenas na SEHAB trabalham assistentes sociais, são onze no total, destes, quatro executam ações diretas com a Educação Ambiental.

Nesse sentido, enfatizamos na pesquisa a ação profissional dos assistentes sociais frente à Educação Ambiental, procurando saber a compreensão deste profissional sobre a mesma, que foi possibilitada através da materialização de observações sistemáticas em campo e entrevistas gravadas.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS: POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2.1 UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

É importante realizarmos algumas reflexões acerca das perspectivas teóricas que norteiam as políticas sociais. Neste sentido, iremos analisá-las em dois pólos analíticos conceituais: o primeiro denominado de Concepção Tradicional, que tem como premissa básica a correção dos efeitos negativos produzidos pela acumulação capitalista, enfatizando as políticas sociais como mecanismo de redistribuição de renda social, no segundo, apresentaremos um aporte teórico crítico, que lê a política social como espaço e consequência das lutas sociais e de classe como unidade político econômico social.

Na concepção tradicional, as políticas sociais se caracterizam por ações que visam diminuir as desigualdades sociais. Nesse sentido, (PASTORINI, 1997), salienta que as políticas sociais são entendidas como um conjunto sistemático de ações do Estado que tem uma finalidade redistributiva. Outrossim, nesta perspectiva, estes mecanismos estatais tenderiam reverter as desigualdades, de certo modo entendidas como necessárias ou até como naturais.

É notório que esta leitura de Política Social traz a tona o equilíbrio social, pois isto fica claro quando analisa nas entrelinhas a execução de políticas que compensam as desigualdades sociais e econômicas.

Um autor que expressa esta concepção é Marshall (1967, p. 7, 79);

A expressão política social não é um termo técnico com um significado preciso. Neste livro, será empregada sempre com referência à política dos governos relacionada a ações que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos [...].

Parecia que o fato de receber ajuda de um órgão público deixará de acarretar o estigma da indigência, mas transformará em um índice de classe social. E levantou pela primeira vez em sua forma moderna o problema de decidir se os serviços deviam ser utilizados como instrumentos para redistribuição de renda entre uma classe e outra. O auxílio à indigência nunca provocara esta questão, visto que se tratava de um tipo de caridade pública que não exercia nenhuma influência sobre a sociedade como um todo.

Deste modo Marshall (1967), enfoca no centro de sua discussão a ajuda e a assistência do estado aos trabalhadores e aos indigentes, caracterizando as políticas sociais como instrumento de redistribuição de renda entre diferentes classes sociais.

Em contrapartida a concepção anterior de Marshall (1967), a qual chamamos de tradicional, emerge a concepção marxista que em nosso entendimento traz uma leitura crítica das políticas sociais, entendendo-as como uma unidade econômica político-social. Neste contexto, as políticas sociais não podem ser pensadas pelo estado como meras concessões.

A partir deste pressuposto, analisamos as políticas sociais sob a ótica da totalidade, pois enfocamos para efeito de reflexão os elementos econômicos, sociais e políticos. Neste sentido, segundo Netto (1994), as políticas sociais têm como centro as seqüelas da questão social, ou seja, aquele conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas que se gestam com o surgimento da classe operária dentro de uma sociedade capitalista.

A gênese das políticas sociais tem sua concretude na relação capital-trabalho, mas não chega a ser só controle ou salário indireto. Neste sentido, ela assume o caráter de mecanismo regulador das relações sociais. Sposati (1986, p. 33) diz: “é na correlação de forças sociais que a política social se estabelece e se modifica, a partir das transformações das relações de apropriação econômica, como também do exercício da dominação política”.

À luz desta questão, em uma formação social concreta, os setores dominantes executam uma determinada política social em função de seus interesses, usando as estruturas políticas sobre as quais possui hegemonia.

A política social é um mecanismo que o Estado utiliza para interferir no controle das contradições que a relação capital-trabalho gera no campo da reposição da força de trabalho ou ainda que cumpre uma função ideológica na busca do consenso a fim de garantir a relação dominação-subalternidade e intrinsecamente a esta função política de alívio, neutralização [...] mas também é o espaço de articulação das pressões e movimentos sociais dos trabalhadores pela ampliação do atendimento de suas necessidades e reivindicações [...] (SPOSATI, 1986, p. 33-34).

É importante frisar que a inserção de políticas sociais, vislumbradas no viés assistencial, viabiliza formas populistas de relação e benevolência como mecanismo de atendimento às necessidades de reprodução da sobrevivência das classes subalternizadas.

As políticas sociais brasileiras em sua trajetória se caracterizam pela subalternização de interesses econômicos e políticos. Nesse sentido Yasbek (1996), salienta que a matriz conservadora e sua forma de relações atravessadas pelo favor, pelo compadrio e pelo clientelismo emolduram politicamente a história econômica do país, penetrando também na política social brasileira.

No Brasil há uma conotação explicitamente assistencial de fazer política no campo social, em particular na relação entre o Estado e os setores excluídos da sociedade. Nesse contexto, as políticas sociais são pautadas em políticas casuísticas inoperantes e fragmentadas, não tendo um aporte político que as reconheça como direito.

As políticas sociais governamentais são atendidas como um movimento multidisciplinar resultante do confronto de interesses contraditórios. A exclusão dos interesses da força de trabalho não é o movimento iníquo do Estado e de suas práticas. O Estado brasileiro, embora sendo um Estado burguês que apresenta em última instância os interesses dos segmentos hegemônicos, expressa esses interesses de classe contraditoriamente (SPOSATI, 1986, p. 37).

À luz desta questão, Carvalho (1998) elenca as políticas sociais que podem ser geradas e medidas pelo Estado a saber: política de empregos, política salarial, política habitacional, política educacional, política de saúde, política previdência social, política de transporte, política de profissionalização de mão-de-obra, política de saneamento, política de nutrição, política de vale transporte, política de assistência à mulher. Acrescentamos a Carvalho (1998), a política de meio ambiente, por compreendermos que esta tem bastante importância quanto às demais.

Vamos nos centrar neste momento na política educacional brasileira, procurando nesta análise discutir o conteúdo que norteia essa política para posteriormente refletirmos a cerca da política de educação ambiental com o intuito de descobrirmos a importância que é dispensada, a esta política no Brasil.

Para analisar as políticas educacionais, se faz necessário elaborarmos uma periodização que facilitará a leitura, possibilitando uma reflexão crítica da mesma¹.

Neste sentido, executaremos uma periodização correspondente a três fases específicas da economia brasileira. A primeira abrange o período Colonial, o Império e a 1ª República (1500-1930), para este período é característico o modelo agroexportador de nossa economia. A segunda vai de 1930 a 1960, aproximadamente e corresponde a fase de substituição de importações. A terceira,

¹ A periodização, que vislumbro no trabalho, está embasada nos estudos de Freitag (1980) e Pinto (1986), que a executam com objetivo de analisar os conteúdos ideológicos, políticos e econômicos que norteiam a educação brasileira ao longo da história.

de 1960 a década de 90 e é caracterizada pela internacionalização do mercado interno. Neste período daremos destaque à década de 80, pois ocorreram várias demandas na área educacional, dentre elas Educação Ambiental, a qual faremos uma leitura crítica reflexiva mais contundente porque é o objetivo central de nosso estudo.

Podemos considerar que a política educacional no Brasil iniciou-se a partir da vinda dos jesuítas. Foi por intermédio destes que se desenvolveu um sistema decorrente da igreja católica².

O modelo agroexportador, implantado na colônia, teve como função propiciar lucro à metrópole e o objetivo da política portuguesa era alcançar grandes lucros naquele mercado através da produção de sua colônia americana.

Dentro deste contexto econômico, a educação não era trabalhada como política prioritária, visto que a sociedade política no período colonial caracterizava-se pela ausência de instituições autônomas.

Por esse motivo, a ausência de um sistema educacional pode ser considerada como um entrave ao desenvolvimento econômico, uma vez que este não exigia ao menos para as autoridades da época, qualificação de mão-de-obra. Não se pode considerar sistema de ensino a aprendizagem de primeiras letras, latim e grego que havia em alguns dos maiores centros da colônia, criados, aliás, só depois de 1776 (PRADO JÚNIOR, 1983).

É conveniente ressaltar, que as mudanças ocorridas na sociedade colonial durante o Império e a 1ª República não foram significativas, visto que a igreja preservou sua força na sociedade civil, apesar da expulsão transitória dos jesuítas no século XVII. A igreja basicamente continuava a controlar as instituições de ensino, encarregando-se ainda por muito tempo, da função de reprodução da ideologia (FRETAG, 1986).

A economia no Império e na 1ª República continuava sendo agroexportadora. A força de trabalho escravocrata era substituída paulatinamente pela força de trabalho dos imigrantes, que no fim do Império passava para o regime do trabalho livre.

² Após o “descobrimento do Brasil”, sacerdotes que formavam a Companhia de Jesus, chamados jesuítas, vieram a terra “recém-descoberta” com a missão de evangelizar os índios, que eram intitulados de “selvagens”. Esta missão constituiu-se num trabalho de inserção da ideologia da corte portuguesa, que tinha por objetivo apaziguar o povo indígena, criando estratégias para mantê-lo submisso à exploração, que se dava na perspectiva de utiliza-los como mão-de-obra barata, para a corte e transporte de pau-brasil.

Neste contexto, a estrutura social dos dominadores e dominados permanecia em essência a mesma, não havendo necessidade de qualificação da força de trabalho dos imigrantes, porque ela já vinha preparada para o tipo de trabalho que o esperava.

Poderíamos dizer que no fim do Império, e início da República se delineiam os primeiros traços embrionários de uma política educacional estatal. Ela é fruto do próprio fortalecimento do Estado, sob a forma da sociedade política. Até então, a política educacional era feita quase que exclusivamente no âmbito da sociedade civil, por uma instituição tão poderosa a igreja. (FREITAG, 1986, p. 52)

A crise mundial de 1929 trouxe para o Brasil uma série de dificuldades. Havia uma superprodução de café, o nosso maior produto de exportação que com a queda nos preços no mercado internacional entra em colapso agravando o esgotamento das reservas cambiais e a crise nas finanças públicas.

A década de 30 se caracterizou pelo desenvolvimento industrial, por um lado devido à intenção do governo de evitar o colapso da economia cafeeira, pois a considerava fundamental e insistia na necessidade de incentivar as atividades agrícolas. Por outro lado, havia a necessidade de substituir consideravelmente às importações resultantes da queda da economia agroexportadora.

O governo tomou várias medidas, dentre elas, diminuir os prejuízos dos cafeicultores. Em decorrência da crise, impuseram à restrição das importações de bens de consumo, pela falta de divisas que contribuiu para o fortalecimento da produção industrial. A substituição de importações trouxe o fortalecimento de grupos econômicos, especialmente a nova burguesia urbano-industrial, o que provocou mudanças também no poder do estado em sua dimensão política e social.

Mudanças consideráveis puderam ser observadas na educação brasileira. Teve início um período em que se desenhou uma certa democratização no ensino em virtude de alguns fatores, dentre eles a discussão em torno da escola ativa de Dewey, que teve como seguidores no Brasil: Anísio Teixeira (seu zeloso aluno), Lourenço Filho, Fernando Azevedo e Francisco Campos [...] Mesmo sob a forte influência estrangeira de Dewey, oportunizou-se a discussão da educação dentro dos parâmetros ditados pela realidade brasileira (PINTO, 1986, p. 69).

No Estado Novo, a política educacional não se limitava à simples implantação. Essa política visava à transformação do sistema educacional em um instrumento mais eficiente na manipulação da classe subalterna.

Nesse período, houve uma ênfase na industrialização, este fato trouxe uma maior qualificação e diversificação da força de trabalho e, portanto um maior treinamento, do que o trabalho na produção açucareira ou do café exigia.

O sistema educacional do Estado Novo reproduz em sua dualidade a dicotomia da estrutura de classes capitalistas em consolidação. Tal dicotomia é camuflada atrás de uma ideologia paternalista. As chances educacionais oferecidas pelas escolas técnicas para os menos favorecidos parecem ter caráter de prêmio (FREITAG, 1986, p. 53).

A década de 40, foi um período de transição em diferentes dimensões da vida nacional. A crise que se instalou nos anos 30 acelerou a necessidade da industrialização afirmada pela Segunda Guerra Mundial (1939 a 1941), trazendo a modernidade do setor industrial e empresarial.

A política educacional no período de 1945 a 1964, reflete muito bem a ambivalência dos grupos do poder. Essa política se reduz praticamente a luta em torno da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional e a Campanha da Escola Pública.

É importante frisar que o texto definitivo da LDB, somente será sancionado em 1961, retomando a 1948 o primeiro Projeto Lei, encaminhado à câmara pelo então Ministro da Educação Clemente Mariani. Esse projeto é expressão das preocupações populistas do novo governo, que procura corresponder a certas ambições das classes subalternas (FREITAG, 1986).

Há de se observar nesse contexto, que houve uma abertura no Projeto de Lei, havendo algumas concessões às classes camponesas e operárias, primeiro no que tange a extensão da rede escolar gratuita (primário e secundário), segundo criado a equivalência dos cursos de nível médio, inclusive o técnico, o qual além de equipado em termos formais apresentam, nesse projeto, maior flexibilidade, possibilitando a transferência de um ramo de ensino para outro, mediante prova de adaptação.

Em 1958, foi apresentado o substitutivo do deputado Carlos Lacerda, que defendia o ensino privado e elitista com discurso de defesa da liberdade de ensino, em substituição ao anteprojeto anterior de Clemente Mariani. Nesse contexto, no dia 15 de janeiro de 1959, o referido substitutivo de Lacerda fora aprovado, desencadeando uma série de manifestações da sociedade civil em defesa da escola pública.

Segundo Gadotti (1991), quando a LDB (Lei nº 4.084) foi promulgada em 20 de dezembro de 1961, pelo presidente da República João Goulart, a mesma estava embasada em uma síntese conciliatória que destinava recursos públicos divididos entre escolas públicas e privadas (dualidade), sendo que a seletiva do sistema criou uma barreira intransponível, assegurando ao setor privado a continuidade do controle do ensino. A escola brasileira baseada na LDB não só reproduz, como reforça a estrutura de classe e também perpetua as relações de trabalho que reproduziram essa estrutura.

Antes do golpe militar de 1964, surgiram os movimentos de educação popular e a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire. Os estudantes universitários lançaram uma campanha de educação popular que desencadeou os Centros Populares de Cultura (CPCS), os Movimentos de Cultura (MCPS) e o Movimento de Educação de Base (MEB), isto posto, pode-se dizer que a aprovação da LDB abalou as forças progressistas mais diretamente ligadas à educação que ficaram desencantadas com a possibilidade da escola pública, não mais desempenhar um papel progressista na resolução dos problemas educacionais (FREITAG, 1986).

Nesse contexto, as condições travadas nos meados dos anos 60, foram fomentadas em torno da promoção popular, onde os intelectuais jovens e alguns políticos liberais progressistas e das esquerdas marxistas e cristãs, promoveram à cultura do povo a verdadeira cultura não dominante.

Todos os movimentos ocorridos no início da década de 60, que buscavam traçar uma nova realidade para o Brasil, principalmente para o sistema educacional brasileiro, foram interrompidos pelo golpe militar de 1964. Tudo o que havia acontecido de progressista foi impedido pelos militares de continuar existindo na história brasileira. Começa mais um período ditatorial, que permaneceu até o ano de 1985, com a campanha de redemocratização.

Durante o período de ditadura militar (1964-1985), existiu uma farta e confusa legislação educacional, que provocou a desmobilização do magistério, um ensino tecnicista, no qual se institucionalizou o ensino profissionalizante. Excluiu-se neste período, significativa parcela da população de obter educação elementar com qualidade.

Neste cenário, o governo militar fechou as entidades que trabalhavam com a Educação Popular (MEB, CPCS, MCP), dentre outros, criando imediatamente o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que segundo a ideologia

dominante utilizava o método Paulo Freire. Contudo, tal afirmação é absurda, pois este movimento não partia da denúncia e constatação do modelo econômico, mas sim ajudava a reforçar a repressão militar, que mantinha a população brasileira submissa as incoerências desse regime político.

Após uma série de acontecimentos políticos, o panorama do regime militar começou a modificar-se, havendo novamente a articulação entre sociedade civil, entidades e partidos progressistas o que provocou o isolamento do governo. E a Lei nº 7.0044/82, que estabeleceu o ensino profissionalizante, mostrou claramente a falência do sistema educacional do período ditatorial. Neste contexto, de mudanças emergiram os movimentos de redemocratização que em 1985 propiciaram a eleição de Tancredo Neves e seu vice José Sarney, tendo este assumido, visto que Tancredo Neves dois dias depois faleceu sem tomar posse.

É no contexto dos anos 80, no final do Regime Militar, que surge o Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais (PRODASEC), para as populações carentes urbanas e rurais, que foi implementado pelo Ministério da Educação, o qual tinha como objetivo promover a atuação integrada nos estados, municípios e setor privado, para o desenvolvimento, que beneficiasse as populações carentes urbanas e rurais, integrada a ação dos órgãos de educação e cultura com os programas no campo social em particular nas áreas de desenvolvimento de comunidade, desenvolvimento urbano, habitação, formação profissional e assistência social que se destinasse a atender as necessidades básicas dos grupos pobres urbanos e rurais.

Germano (1998), ao analisar o PRODASEC, ressalta que o mesmo estava embasado em uma política de escassez das sobras do sistema que resultou em uma educação para os pobres, ainda mais precária do que a existência na rede de ensino oficial, se caracterizando em uma estratégia de barateamento de ensino, destinado aos carentes transferindo a responsabilidade do estado para instituições comunitárias populares.

De 1985 a 1989, se implanta no Brasil a chamada Nova República, que caracterizou pela ambigüidade. Enquanto *slogam* “Tudo Pelo Social” sugeria a pretensão de colocar a política social no centro das atenções governamentais, as bases econômicas e políticas se mantiveram inalteradas, sem que nenhuma medida mais consistente de caráter social tenha se realizado.

Quando se instalou em 1988, a Assembléia Nacional Constituinte, o sistema educacional brasileiro continuava excludente e elitista. De um lado, estavam os defensores da escola privada (empresários, donos de escola e a igreja católica conservadora), sustentando a tese da liberdade de ensino e de outro lado estavam às classes populares, entidades e partidos progressistas defendendo a escola pública universal e gratuita.

Nesse sentido, é notório que a década de 80 trouxe várias discussões acerca da política educacional brasileira, nestas discussões, vários educadores e segmentos das classes populares reivindicavam incentivos ao ensino público e gratuito de qualidade.

A agutização dos movimentos sociais emergentes na década de 80 fez com que o governo viabilizasse medidas que atendessem às reivindicações da sociedade civil. Assim sendo, em 1995 houve a implantação do programa Comunidade Solidária (Decreto Lei nº 1.366, de 12/01/1995) e Decreto sem número de 17/02/1995. Este programa se constitui em uma das colunas básicas da política social do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e estava embasado na visão de pobre excluído destas políticas. À luz do exposto, vejamos o que Ruth Cardoso presidente do Conselho escreve:

O Estado brasileiro precisa se capacitar para cumprir melhor e mais eficientemente seu papel tradicional na área de educação e saúde básica para todos [...], porém em virtude da gravidade da situação brasileira, há urgência em manter os programas de assistência social e de combate, em curto prazo as situações agudas de pobreza e fome (FOLHA DE SÃO PAULO, 1995, p. 2)

Com isso, observamos que este programa traz o recorte neoliberal no tocante a gestão pública na área das políticas sócias, transferindo a responsabilidade do estado para instituições filantrópicas religiosas e comunitárias e não governamentais como privatizações não lucrativas.

Concernente ao processo histórico de conquista dos direitos sociais, dentre eles a educação, tiveram sempre como protagonistas os usuários destes serviços mais ou menos organizados em grupos ou movimentos sociais.

Neste momento, de reivindicações surgiram várias demandas educativas que estavam diretamente articuladas as comunidades políticas que o país atravessou, assim como, a busca de respostas para resolver problemas de ordem estrutural, gerados pela forma de acumulação capitalista no país.

Estas demandas foram sistematizadas conforme Gohn (1994), nas seguintes áreas, temas ou problemáticas.

- a) Educação Ambiental;
- b) educação sobre o Patrimônio Histórico e Cultural;
- c) educação para a Cidadania;
- d) educação popular;
- e) educação de menores e adolescentes;
- f) educação de minorias étnicas;
- g) educação contra discriminações: sexo, idade, cor e nacionalidade;
- h) educação para deficientes;
- i) educação contra o uso de drogas;
- j) educação sexual;
- k) educação contra o uso de violência pela segurança pública;
- l) educação para geração de novas tecnologias.

Das demandas apresentadas que surgiram na década de 80, vamos enfatizar a demanda da Educação Ambiental, devido está apresentar-se como tema central desse trabalho.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEU PROCESSO HISTÓRICO

Para falarmos sobre educação ambiental é necessário resgatarmos os aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais que condicionam o seu surgimento.

No decorrer da história do homem, filósofos, cientistas, artistas e religiosos vem expressando a sua admiração pela natureza e a preocupação em protegê-la. A Grécia Antiga nos legou reflexões filosóficas a respeito das relações homem-natureza.

Thomas Huxley (1863) escrevia sobre a interdependência entre os seres vivos no seu ensaio Evidências sobre o lugar do homem na natureza. Apresentava, então, um exame detalhado da ação do homem sobre os recursos naturais e chamava atenção para as causas do declínio de civilizações antigas, acentuando que as civilizações modernas poderiam estar no mesmo caminho.

No final da década de 40, Aldo Leopoldo em seus artigos para o periódico “Asand Caunty Almanac”, chamava a atenção para a necessidade de uma ética para o uso dos recursos da terra.

Nos anos 50 e 60, o homem ampliou sua capacidade de produzir alterações no ambiente natural, devido ao avanço tecnológico, principalmente nos países mais desenvolvidos. Na década seguinte os efeitos negativos sobre a qualidade de vida já eram evidentes.

No início da década de 50, aconteceu na Inglaterra, um desastre ecológico provocado pela poluição atmosférica de origem industrial, que matou milhares de pessoas. A tragédia inglesa gerou uma série de debates sobre a qualidade ambiental, que culminou com a aprovação da Lei do Ar Puro em 1956. Nos Estados Unidos proporcionou o surgimento do ambientalismo a partir de 1960, acompanhado de uma reforma no ensino de ciências com a introdução da temática ambiental, mesmo que de forma reducionista.

Esta não foi a única catástrofe ambiental dessa década. No ano de 1953, a cidade japonesa de Minamata conheceu da pior forma os efeitos da poluição por mercúrio causada por despejos industriais: milhares de pessoas sofreram desde pequenos problemas neurológicos até o nascimento de bebês com mutilações genéticas, como a Anencefalia (falta de cérebro), doença que ganhou o nome de Mal de Minamata, que só foi confirmada nos anos de 60, quando se repetiu em Niigata.

Na década de 50, o mundo vivia o clima tenso da Guerra Fria entre os países ocidentais e o bloco soviético. Apesar da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), e da assinatura em 10 de dezembro de 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os países que ocupavam a liderança mundial insistiam em produzir armamentos nucleares e isto assustava os pacifistas. Por outro lado, no esforço de recuperação econômica, a produção industrial foi acelerada, gerando a poluição do ar, da água e da terra, chegando a dramáticos problemas ambientais em centros urbanos como Nova Iorque, Los Angeles, Berlim e Tóquio. Na busca do avanço tecnológico, empresas readaptaram descobertas do tempo da guerra, lançando, por exemplo, o DDT (Dicloro Difenil Tricloroetano), veneno organoclorado desenvolvido para fins bélicos, que se mostrou útil na agricultura por ser de baixo custo, o DDT tornou-se sucesso mundial de vendas.

No pós-guerra ocorreu a aproximação entre os defensores da natureza e os cientistas. Em 1945, a expressão “Environmental Studies” foi adotada pelos profissionais de ensino da Inglaterra. Em 1948, uma conferência internacional realizada na cidade francesa de Fontainebleau, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) e do governo da França, marcou o surgimento da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), a mais importante organização conservacionista até a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1972. A UICN publicou, em 1951, um estudo da proteção da natureza no mundo apresentando relatórios de diferentes países.

Albert Schweizer (1954), publicou o livro *Ética Ambiental*, que lhe valeu o prêmio Nobel da Paz. Iniciava-se assim, em todo o mundo um movimento que objetivava reverenciar os seres vivos questionando o desenvolvimento econômico adotado pelos países desenvolvidos.

No início dos anos 60, a jornalista Rachel Carlson, lançava seu livro *Primavera Silenciosa*, o qual se tornou um clássico na história do movimento ambientalista mundial, com grande repercussão. Logo após a publicação desta obra, o francês Jean Dorst lançou na Europa o livro intitulado *Antes que a Natureza Morra*. Foi mais um forte grito de alerta em favor da prevenção da natureza.

É importante ressaltar, que no início da década de 60, os problemas ambientais já mostravam a irracionalidade do modelo econômico, mas não se falava em educação ambiental. Em março de 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Inglaterra, a expressão Educação Ambiental foi utilizada pela primeira vez, com a recomendação de que ela deveria tornar-se parte essencial da educação de todos os cidadãos.

Em 1968 ocorreram grandes movimentos que almejavam uma nova maneira de agir, pensar e sentir, dentre tantas mobilizações os eventos mais famosos foram a Revolução Estudantil de Maio, na França e a Primavera de Praga na Tchecoslováquia. Como não poderia deixar de ser, a área educacional também chegou à efervescência por toda parte surgiam críticas à educação tradicional as teorias tecnicistas que visavam à formação de indivíduos eficientes e eficazes ao mundo do trabalho, e que o velho paradigma positivista da ciência já não conseguia dar resposta aos novos problemas emergentes da sociedade capitalista.

Ainda em 1968, foi criado na Inglaterra o Conselho para Educação Ambiental. Em abril deste ano, trinta indivíduos de dez países reuniram-se na Itália, eram cientistas, pedagogos, industriais, economistas, funcionários públicos, humanistas, entre outros, que foram instigados por uma idéia desafiadora: debater a crise atual e futura da humanidade. Desse encontro nasceu o Clube de Roma, que produziu uma série de relatórios de impacto. Um deles chamado “Os Limites do Crescimento”, o qual foi publicado em 1972 e apresentou uma análise do que poderia acontecer, se a humanidade não mudasse seus métodos econômicos e políticos. A conclusão foi assustadora, caso se mantivesse o ritmo de crescimento a qualquer custo, com a busca da riqueza e do poder, sem levar em conta o custo ambiental deste procedimento, chegar-se-ia a uma crise ambiental. Este documento recebeu muitas críticas, mas cumpriu seu objetivo, propôs um modelo ambiental global.

Foi a partir da realização do Clube de Roma e das movimentações na década de 60 que a ONU realizou entre 5 e 16 de junho de 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que atraiu delegações de 113 países, inclusive o Brasil. Por ter sido realizado na capital da Suécia, ela ganhou o nome de Conferência de Estocolmo. Para conferir sua importância, basta lembrar que desde então, 5 de junho tornou-se dia mundial do meio ambiente. Para quem trabalha com Educação Ambiental, é relevante conhecer 3 resultados deste evento mundial³.

- a) Decidiu-se criar uma nova organização da própria ONU, só para área ambiental, PNUMA, o qual foi instalado no mesmo ano com sede em Nairobi (Quênia);
- b) os 113 países assinaram a Declaração da ONU sobre o meio ambiente humano, cujo Artigo 19 menciona: “é indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens quanto os adultos”, dispensando a devida atenção aos setores menos privilegiados para assentar as bases de uma opinião pública, bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas, das comunidades inspiradas na

³ Levantamento baseado em fragmentos da publicação: Implementação da Educação Ambiental no Brasil, MEC, 1998.

responsabilidade relativa à proteção e melhoramento do meio ambiente em toda a sua dimensão humana.

- c) recomendou-se a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) para ajudar a enfrentar a ameaça de crise ambiental no planeta. Mas este programa só saiu do papel em 1975, quando representantes de 65 países se reuniram em Belgrado (capital da atual Sérvia) para formular os princípios orientados da Conferência de Belgrado.

Documento considerado referência histórica em termos de educação ambiental, a Carta de Belgrado foi aceita por unanimidade, pois chamava a atenção para as ações, que foram desencadeadas nas mais diferentes regiões, na defesa do patrimônio humano, cultural e ambiental ameaçados, contribuindo para o surgimento de organizações governamentais e não governamentais, as quais desempenhariam um papel fundamental no aprofundamento das mudanças sociais e políticas ocorridas nas últimas décadas.

Após o seminário de Belgrado, a UNESCO e o PNUMA, criaram um programa de educação ambiental responsável por organizar e definir princípios e procedimentos a educação ambiental. Para facilitar a divulgação deste trabalho em nível mundial a UNESCO estabeleceu o mapeamento de cinco regiões do planeta: Ásia, Oriente Médio, África, Europa e América Latina. Nesse mesmo ano (1975) representante destas cinco regiões, participaram em Belgrado de um Workshop, no qual foi planejada uma estrutura para educação ambiental.

A agenda internacional que tratava da educação ambiental tornou-se cada vez intensa, preparando o caminho para o evento que aconteceu em 1977, na cidade de Tbilisi (Geórgia) denominado “Conferência Internacional de Educação Ambiental”.

Neste evento, delegados de 70 países participaram da elaboração de recomendações, metas e estratégias para dar suporte a implementação da educação ambiental, trabalho que foi aceito e endossado por 150 nações, resultando na aprovação da noção de que é preciso cuidar para que a utilização desordenada dos recursos ambientais não venham a expor totalmente as espécies vivas a perigos irreversíveis. Nessa perspectiva, baseada na Declaração da ONU sobre o meio ambiente humano em Estocolmo, salienta-se que:

A defesa e a melhoria do ambiente para as gerações presentes e futuras constituem um objetivo urgente da humanidade. Para atingir esse objetivo é necessário que se adote com urgência novas estratégias, incorporando-as ao desenvolvimento, o que representa especialmente nos países em desenvolvimento, o requisito prévio de todo avanço nessa direção. A educação nesse processo deve desempenhar uma função capital, visando criar uma consciência e melhor compreensão dos problemas que afetam o meio ambiente. Essa educação vai estimular a formação de comportamentos positivos em relação ao meio ambiente.

A educação ambiental deve atingir pessoas de todas as idades, todos os níveis e âmbitos, tanto da educação formal, quanto da não formal. Os meios de comunicação social têm a grande responsabilidade de colocar seus imensos recursos a serviço dessa missão educativa. Os especialistas em questões ambientais, assim como, aqueles cujas ações e decisões podem repercutir de maneira perceptível no ambiente devem adquirir no decorrer de sua formação, os conhecimentos e as atitudes necessárias e perceber plenamente o sentido de suas responsabilidades a esse respeito. A educação ambiental bem compreendida deverá constituir para uma educação geral permanente que reaja às mudanças produzidas num mundo em evolução. Essa educação deverá preparar o indivíduo através da compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, lhes proporcionando os conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva que vise melhorar a vida e proteger o ambiente valorizando os aspectos éticos.

Ao adotar um enfoque global, enraizado em uma ampla base interdisciplinar, a educação ambiental cria mais uma vez uma perspectiva geral dentro da qual se reconhece a existência de uma profunda interdependência entre o ambiente natural e o construído.

Essa educação ajuda a explicar a continuidade permanente que vincula os atos do presente às conseqüências do futuro. Demonstra, além disso, a interdependência entre as comunidades nacionais e a necessária solidariedade entre todo o gênero humano.

A educação ambiental deve ser orientada para a comunidade. Deverá envolver o indivíduo em um processo ativo de resolução de problemas que permita resolvê-los no contexto de realidades específicas, estimulando a iniciativa, o sentido da responsabilidade e o empenho de construir um futuro melhor. Por sua própria natureza, a educação ambiental pode contribuir significativamente para a renovação do processo educativo. (SÃO PAULO, 1994, p. 28).

Foi nesta conferência, que se rompeu a visão ecologista do meio ambiente, ou seja, as questões sócio-políticas, culturais, científicas, tecnológicas e éticas passaram a interagir com a problemática ambiental.

Passados cinco anos da Conferência de Tbilissi, em 1981, o Programa Internacional de Educação Ambiental (IEEP) organizou um segundo levantamento da situação ambiental mundial cujo resultado foi a criação de um banco de dados com informações sobre as instituições que elaboraram programas e projetos em educação ambiental, concretizando apostilas, livros, módulos para educação e treinamento de professores, manuais metodológicos e material audiovisual, desenvolvendo projetos de pesquisa e workshops regionais e nacionais.

Em 1981, o PNUMA em colaboração com a União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) desenvolveram estratégias de conservação mundial com o objetivo de estimular o aperfeiçoamento da gestão dos recursos naturais e prover uma orientação política sobre como fazê-lo. Nesse contexto a educação ambiental recebeu considerável reforço.

Em 1987, a UNESCO e o PNUMA organizaram o I Congresso Internacional de Treinamento em Educação Ambiental em Moscou, conhecido como “Tbilissi mais dez anos”. Além de analisar a situação em que se encontrava o ambiente e suas implicações para a educação, este congresso produziu a estratégia internacional para ação no campo.

Na América Latina, o marco histórico aconteceu através do I Seminário sobre Universidade e Meio Ambiente para América Latina e Caribe, em outubro de 1985 em Bogotá (Colômbia) promovida pelo PNUMA. Neste seminário a Universidade Latino-Americana surge como instituição mais flexível para a inclusão da dimensão ambiental redimensionando sua função geradora de capacidade científica e tecnológica (BELTÃO, 1992, p. 155).

Um desdobramento do Seminário de Bogotá foi a realização no Brasil do I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente em agosto de 1986, realizado em Brasília, no qual foram discutidas estratégias da inserção da questão ambiental nas diferentes áreas do conhecimento e na atividade de ensino, pesquisa e extensão.

Em 1989 concretizou-se o I Fórum de Educação Ambiental. Evento que contou com a colaboração de várias instituições, órgãos oficiais e várias Organizações Não-Governamentais (ONGs) aglutinando diferenciadas concepções e idéias sobre Educação Ambiental.

Com a proximidade da efetivação da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento, a ECO-92, autoridades brasileiras, representadas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), formularam em 1991, um projeto de educação ambiental, contendo instruções para essa prática de ensino. Neste projeto, explica-se que as atividades propostas sobre educação ambiental deveriam estar relacionadas aos seguintes aspectos:

- a) Éticos: que se referem a conduta humana – a influência negativa ou positiva do homem sobre o meio ambiente;

- b) ecológicos: a relação entre os seres vivos e o meio ambiente, incluindo aspectos tecnológicos que possam interferir no meio ambiente;
- c) políticos: regra, objetivos e ações do poder público (Federal, Estadual e Municipal) e diferentes setores da sociedade sobre questão ambiental;
- d) econômicos: condições econômicas da comunidade e as relações com o uso do meio ambiente;
- e) sociais: ações do governo ou de grupos sociais que interferem diretamente na vida dos cidadãos;
- f) legislativos: leis que podem proteger o meio ambiente em benefício da produção;
- g) culturais e estéticos: promoção e proteção do patrimônio cultural, entendido como os bens de natureza material ou não correspondente à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Em 1987, foi assinado o Protocolo de Montreal (Canadá) sobre substâncias que deterioram a camada de ozônio na estratosfera. Esta camada protege os seres vivos da radiação ultravioleta. Entre outros, deu-se prazo para suprir o uso dos gases Clorofluoreto de Carbono (CFC) fabricado pelo homem. Em março de 1989 ocorreu a colisão do petroleiro Exxon Valdez nas rochas geladas do Alasca: 42 mil toneladas de óleo vazaram. Produziu-se uma mancha de 250 Km e pelo menos 34 mil aves morreram. A limpeza custou US\$ 1 bilhão. Esse acidente promoveu a assinatura da Convenção Internacional sobre Poluição por Óleo em 1990.

Já em 1991, ocorreu mais um evento: o MEC e a Secretaria de Meio Ambiente da Previdência da República, com apoio da UNESCO e Embaixada do Canadá, promoveram o “Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para a Educação Ambiental”.

A questão ambiental cada vez mais se evidencia, o governo federal passou a propor normas para a educação ambiental. Em 14 de maio de 1991, a Portaria nº 678 do MEC determinou que a educação ambiental, deveria perpassar todo o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino. Outra Portaria de nº 2421 de 20 de novembro do mesmo ano, instituiu o Grupo de Trabalho para a

Educação Ambiental, com o objetivo de junto com as Secretarias Nacionais de Educação, definir as metas e estratégias para implantar a educação ambiental no Brasil, além de elaborar a proposta de atuação do MEC nesta área, para a educação formal e informal.

Como prerrogativas da educação ambiental, realizaram encontros e ações de temas específicos. Em 1989, foi assinada a Convenção Internacional de Basileia (Suíça) que proibia o comércio internacional de substâncias tóxicas. Em 1989, a Sociedade Brasileira de Zoologia, relacionou 250 espécies de animais em extinção no Brasil.

Foi assim, que vinte anos após Estocolmo, quinze de Tbilissi e cinco de Moscou, chegou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) que se transformou em um modelo especial também para a evolução da educação ambiental. Além dos debates oficiais dos incontáveis eventos paralelos, destacam-se a I Jornada Internacional de Educação Ambiental, um dos encontros do Fórum Global (nome dado à constelação da praia do Flamengo) que atraiu cerca de 600 educadores do mundo todo, os quais debateram a materialização de uma agenda comum de ação, e o Workshop sobre Educação Ambiental, organizado pela Assessoria de Educação Ambiental do MEC.

Os resultados dos encaminhamentos, sugestões, diretrizes e debates da ECO-92, foram sintetizados em extenso documento denominado Agenda 21 Global.

A Agenda está voltada para os problemas prementes de hoje e tem objetivo ainda de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto, no que diz respeito ao desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução e responsabilidade, é antes de mais nada, dos governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais e regionais também são convocadas a contribuir para tal esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados (PARÁ, s/d:01).

A ECO-92 pretendeu entre outras questões, identificar os desafios fundamentais que deveriam permear as políticas dos governos das nações para o próximo milênio. A repercussão desse evento na sociedade brasileira possibilitou a concretização do Fórum de ONGs brasileiras.

Paralelo a conferência oficial do CNUMAD (1992), no Rio de Janeiro, dez mil ONGs reuniram-se congregando pessoas de diferentes nacionalidades, matrizes ideológicas e credos para refletir e discutir a questão ambiental.

Dentre os vários documentos que surgiram a partir desse encontro, destacam-se o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA, 1998, p 35).

Vale ressaltar os compromissos da ECO-92:

- Carta de Terra: é a declaração de princípios da Rio 92, sem força de lei nem previsão de medidas concretas (que estão na Agenda 21). No princípio 1 está escrito que os seres humanos tem direito à vida saudável, em harmonia com a natureza. O princípio 10 trata da participação pública dos cidadãos no processo decisório, colocando que “os estados devem promover e encorajar o interesse e a participação da população através da mais ampla divulgação das informações”.
- Agenda 21: com mais de 600 páginas, é um roteiro e um desafio para garantir a qualidade de vida na terra para o século 21. Divide-se em 40 capítulos que funcionam como propostas de programas setoriais, com objetivos, métodos de ação e previsão de orçamento. O capítulo 36 é dedicado a Promoção do Ensino da conscientização e do Treinamento. Um dos compromissos da Agenda é que cada país e cada região envolveriam todos os setores sociais para estabelecerem suas próprias Agendas 21.

Em outubro de 1992, isto é, três meses após o encerramento da Rio-92, já ocorria no Canadá o “Congresso Mundial de Educação e Comunicação sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, promovido pela UNESCO, com o PNUMA e a Câmara Internacional do Comércio, uma das proposta deste evento foi estabelecer *Ecolinks*⁴, que seriam redes entre as pessoas que lidam com a educação ambiental e de suporte tecnológico, acerca do que acontece com o meio ambiente.

Concernente ao Brasil, em julho de 1992 o IBAMA criou os Núcleos de Educação Ambiental (NEAs) em todas as superintendências estaduais, visando estimular a gestão ambiental nos estados, em dezembro a Assessoria de Educação Ambiental do MEC promoveu o primeiro grande evento pós-Rio 92, relacionado a educação: o I Encontro Nacional do Centros de Educação Ambiental (CEAs),

⁴ Mecanismo de união e troca de idéias entre pessoas de determinadas regiões do mundo, acerca do que, acontece com o meio ambiente. Uma espécie de rede de informações entre os participantes deste processo interativo.

realizado em Foz do Iguaçu. Na verdade, esses centros haviam sido sugeridos oficialmente desde 1991, nos encontros nacionais e regionais de educação ambiental promovidos pelo MEC. Eles já estavam sendo instalados como projetos-pilotos em regiões correspondentes, aos vários ecossistemas do país. Após o encontro de dezembro, o governo federal formalizou os CEAs, definindo-os como pólos irradiadores que ajudariam a desencadear iniciativas de educação ambiental nos níveis formal e não formal do ensino, além de catalisar experiências que melhorem nas condições de vida das comunidades. Em meados de 1993 já havia CEAs em Aquidauana (MT), Fernando de Noronha (PE), Foz de Iguaçu (PR), Manaus (AM), Porto Seguro (BA), Rio Grande (RS). Enquanto isso, na área não governamental, os educadores ambientais embalsamaram seus sonhos em uma Rede Brasileira de Educação Ambiental.

Em maio de 1993, ocorreu outra decisão importante no âmbito do MEC, através da Portaria 773, criou-se um Grupo de Trabalho para a Educação Ambiental, que seria a semente da futura Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação. Entre os objetivos desse grupo de trabalho, estavam a concretização das recomendações aprovadas na Rio-92 e coordenar, apoiar, acompanhar, avaliar e orientar as ações, metas e estratégias para implementação da educação ambiental nos sistemas de ensino em todos os níveis e modalidades.

Nesse contexto, a Divisão de Educação Ambiental do IBAMA iniciou um trabalho vinculado ao PNUMA, financiado pelo Banco Mundial, esse programa trouxe entre outras novidades a subcomissão de educação ambiental, que recomendou a capacitação e extensão da temática ambiental nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Destas, a região Norte foi a contemplada com o documento “Amazônia”: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental, cuja produção foi coordenada por Elísio de Oliveira e Elizabete Lopes da Fonseca, do IBAMA. Este documento contém dez textos de pesquisadores da região, sobre a problemática ambiental regional, e mais dois abordando a evolução e propostas metodológicas para a educação ambiental.

É relevante mencionar, que a educação ambiental no Brasil já era praticada de forma pontual através de algumas iniciativas de professores criativos em vários pontos do país. Estas experiências pioneiras relacionavam-se, sobretudo a ecologia. É o caso do trabalho do professor Carlos Nobre Rosa da cidade de Jaboticabal, no interior São Paulo. Na década de 50, ele decidiu levar seus alunos

para fora da sala de aula para a observação do ambiente e coleta de materiais. A proposta teve grande repercussão entre professores de outras regiões. Possibilitando a publicação de seu livro “Animais em Nossas Praias”, no qual descreveu a sua experiência.

Em 1972, o professor João Vasconcelos Sobrinho começou um trabalho regional a partir da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Vasconcelos Sobrinho tornou-se conhecido, quando iniciou a campanha para trazer de volta o pau-brasil ao nosso patrimônio ambiental. Esta planta, que deu o nome ao país, foi considerada extinta em 1920, e em 7 de dezembro de 1961 (dia do Pau Brasil) houve a promulgação de uma nova lei transformando-o em símbolo nacional, havendo uma expressiva produção e distribuição de mudas de pau-brasil, as quais foram plantadas em todo país.

Em 1951, no município de Santa Tereza (ES) o cientista Augusto Ruschi montou um curso de seis meses para professores intitulado “Processo e Conservação da Natureza e seus Recursos”, ministrado no museu de Biologia Mello Leitão. Esse curso incluía os dados sobre fauna flora e mais outros temas, ligando a questão econômica e a preservação da natureza, Ruschi é mundialmente famoso pelas pesquisas sobre beija-flores, Orquídeas e Bromélias e pela luta em favor das matas nativas do Espírito Santo, mas poucos sabem que ele lançou alguns alertas que só mais tarde teriam repercussão mundial. Por exemplo, no final dos anos 40 ele descreveu três perigos de uso do Benzene Hexachloride (BHC), um produto da família do DDT. Ruschi notou que em primeiro lugar este inseticida altamente venenoso tem efeito sobre toda a cadeia alimentar, ou seja, primeiro os insetos morrem, depois as aves que comem insetos, depois os mamíferos que caçam aves e assim por diante (além dos peixes, pois o inseticida contamina rios).

Ele percebeu também a longa persistência do veneno no solo. Por fim, concluiu que, o ser humano poderia adquirir doenças, não só durante a aplicação do produto, como a longo prazo, pelo consumo de produtos contendo este veneno. Foram estas as conclusões da jornalista americana Rachel Carson no livro “Primavera Silenciosa” que causou tantos debates no mundo todo, a partir de 1962.

Em 1965, o professor Almeida Júnior introduziu o ensino de ecologia na grade curricular da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, na capital paulista. Nesta disciplina ele coordenou a Operação Litoral I experiência nova para todos os participantes, sendo que os alunos realizaram mais do que observações

nos ambientes de preta, em São Sebastião no litoral paulista. Orientados pelo corpo de docentes e contando com a colaboração das famílias, os jovens foram encarregados de toda a preparação da viagem, desde a elaboração do roteiro até a busca de equipamentos e contratação de serviços. Na fase preparatória aprenderam técnicas fotográficas e primeiros socorros, já o acampamento incluiu atividades recreativas e sociais. Depois de todo esse processo, os resultados do trabalho foram apresentados na feira de ciências organizada pela faculdade. Este tipo de atividade se repetiu anualmente até ser interrompido em 1968, um ano marcado por fortes manifestações de rua e de recessão política.

Chegamos aos anos 70 em ritmo de “Milagre Econômico”. Contrariando as tendências internacionais de proteção ao meio ambiente, o regime militar deu sustentação para o crescimento econômico a qualquer custo, sem nenhuma preocupação ambiental. Isto abrangia alguns megaprojetos, como a Usina Nuclear de Angra dos Reis (Rio de Janeiro), a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a Transamazônica e o projeto Carajás, na Amazônia. Em resposta, o Brasil recebeu uma onda de críticas do exterior. O governo colocou-se na defensiva, espalhando a opinião de que a defesa do meio ambiente, seria uma espécie de conspiração das nações desenvolvidas para impedir o crescimento do país.

Mesmo mantendo esta posição defensiva, em 1972 o Brasil mandou uma delegação oficial à Estocolmo, para a conferência da ONU sobre o meio ambiente humano. Enquanto isso, de acordo com o relato do biólogo e professor Paulo Nogueira Neto, o governo estadual goiano lançava uma campanha na mídia para construir indústrias, mesmo que poluentes para desenvolver o estado.

Em 1972, ano da conferência de Estocolmo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) criou o primeiro curso de pós-graduação em Ecologia do país. Em 1976, foram criados cursos de pós-graduação em Ecologia nas Universidades do Amazonas, Brasília, Campinas e São Carlos.

Em 1977, o Conselho Federal de Educação, tornou obrigatória a disciplina Ciências Ambientais, em cursos universitários de engenharia. Neste ano nasceram vários cursos voltados à área ambiental em universidades. Em 1978, os cursos de Engenharia Sanitária já tinham inserido as matérias de Saneamento Básico e Saneamento Ambiental. No ano de 1973, a Presidência da República criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) dentro do Ministério do Interior, convidando o professor Nogueira Neto para comandá-la. Foi o primeiro órgão

nacional do meio ambiente. Entre suas atribuições estava o controle da poluição e a promoção da educação ambiental.

Com a infra-estrutura e recursos humanos deficientes, a SEMA começou a funcionar, Nogueira Neto, iniciou um período à frente desta secretaria que duraria treze anos, neste período houve o desenvolvimento de normas e leis na área ambiental, e a instalação de uma série de Estações Ecológicas iniciadas pelos dois extremos do país. A primeira foi a Estação Ecológica do Taim no Rio Grande do Sul, e a segunda foi de Uriracuera em Roraima. Para atingir este objetivo, Nogueira Neto estabeleceu uma estratégia baseada no bom relacionamento com a mídia. O tema contava com a simpatia da imprensa que por outro lado tinha limitações para cobrir outros assuntos devido ao regime ditatorial instalado no Brasil, com o golpe militar de 1964.

Outro caminho adotado pelo titular da SEMA, foi somar recursos propondo parceria com os demais órgãos de governo. Assim para a área de Educação Ambiental, estabeleceu contato com o então Ministério da Educação e da Cultura, o que resultou na definição de que Educação Ambiental, poderia constar no currículo mas não como matéria, entendendo-a como uma atitude compreensiva e não extrusiva.

A jornalista Regina Gualda, que desde 1973 assumira chefia da Divisão de Divulgação e Educação Ambiental da SEMA, sendo no início a única funcionária do setor, que viabilizava contatos com a UNESCO e embaixadas para se informar sobre o que existia na área ambiental fora do Brasil, e também sobre recursos disponíveis para atuar no setor. A Educação Ambiental foi entendida pela equipe da secretaria como um instrumento para levar os diversos atores da sociedade a um entendimento e a percepção, de que o ser humano é parte do meio ambiente, sendo importante criar atitudes adequadas com a natureza. Portanto tal compreensão perpassava, tanto pela, a educação formal, quanto pela informal, realizada através de campanhas e outros meios.

Em 1975, ocorreu o primeiro Encontro Nacional sobre Proteção e Melhoria do Meio Ambiente, promovido pelo governo federal, o qual trouxe três cursos promovidos por órgãos estaduais nos anos 70:

- a) Curso de Noções Básicas de Ecologia para professores de primeiro grau, da Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA), do Rio de Janeiro;

- b) curso de Educação Ambiental da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Paraná (SUREHAMA);
- c) curso por correspondência de Ecologia de Saneamento Básico (CETESB) em São Paulo.

Em 1976, a SEMA assinou um convênio inédito com a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Universidade de Brasília, para viabilizar o primeiro curso de extensão para professores do 1º grau, que além de treinar os professores, a proposta era reformular o currículo nas escolas do Distrito Federal no campo das ciências físicas e biológicas, com a introdução da temática em um enfoque que priorizava o indivíduo e o meio ambiente.

O Brasil não participou da Conferência Internacional de Tbilissi em 1977, que foi o grande marco da educação ambiental. Mas um pouco antes reuniu um grupo de especialistas para produzir o primeiro documento oficial do governo brasileiro sobre este tema. Assinado pela SEMA e pelo Ministério do Interior, o documento “Educação Ambiental” já introduzia princípios e objetivos para o setor alinhados com a segunda posição exposta por Krasalchik, que também seria a postura adotada por Tbilissi. O documento brasileiro define que: o objetivo específico do processo de educação ambiental é criar uma interação mais harmônica, positiva e permanente entre homem e o meio criado por ele, e que para isso se deveria considerar o ambiente ecológico em sua totalidade, o político, o econômico, o tecnológico, o social, o legislativo, o cultural e o estético, na educação formal. Para completar, enfocava-se o documento, que não poderá se mantida a tradicional fragmentação dos conhecimentos ministrados através de disciplinas escolares consideradas como compartimentos estanques.

Na esfera do MEC, em 1996, houve cursos de capacitação para formar agentes multiplicadores, que testaram inclusive uma nova metodologia, ou seja, teleconferências de educação ambiental e novas parcerias para produzir e distribuir materiais didáticos e a divulgação, em 1997, dos novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que pela primeira vez deram indicações de como incorporar a dimensão ambiental na forma de tema transversal nos currículos do ensino fundamental. Ao mesmo tempo, iniciou-se à discussão da inserção da educação ambiental nos outros níveis de ensino dentro da perspectiva da nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), que mudou a concepção curricular no ensino formal. Por exemplo, no ensino profissionalizante, incluiu-se a previsão da

permanente atualização dos currículos, pelas próprias instituições de ensino, de modo a adaptá-los aos rápidos avanços do mundo do trabalho.

Apesar de não tratarem exclusivamente da educação ambiental, os PCN, que exigiram dois anos de preparação, e foram oficialmente lançados no dia do professor em 1997, estão entre os fatos marcantes na história da educação ambiental do país. Afinal eles levaram uma proposta inovadora para um número recorde de pessoas, só no ensino fundamental o censo escolar de 1994 revelou um Brasil com 31,2 milhões de alunos (88,4% em escola pública), estudando em 194.487 escolas, com 1,3 milhões de docentes (86,3% na rede pública). Cada docente recebeu em casa uma cópia dos PCN, onde se sugere que meio ambiente seja um dos temas transversais na educação formal. Em outras palavras, propõe-se que as questões ambientais (inclusive o estudo do ambiente escolar e do local onde as crianças moram), permeiem os objetivos, conteúdos e orientações didáticas em todas as disciplinas, no período da escolaridade obrigatória. Assim, a criança pode ser sensibilizada pintando e escrevendo sobre o que vê, tirando música de objetos que descobre no ambiente, usando sucata para fabricar brinquedos, e para experimentos científicos e outras atividades, que gerem conhecimentos, valores e atitudes de cidadania.

Às vezes uma única frase, consegue traduzir o estado de espírito de uma época ou de um grupo. É o caso desta: “1997 é o ano da Educação Ambiental no Brasil e no mundo”. Estampada na primeira página de um boletim da Rede Brasileira de Educação Ambiental, ela revelou o ânimo e a expectativa em relação aos acontecimentos do ano, no Brasil e fora dele. O mesmo boletim anunciou uma aliança entre governo e as organizações não-governamentais, visando à realização de uma série de eventos, que culminaram no IV Fórum de Educação Ambiental, e do I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental, em agosto e da I Conferência Nacional de Educação Ambiental, pelo governo federal.

Desta forma, com o suporte financeiro do Fundo Nacional do Meio Ambiente, houve pré-fóruns nas cinco regiões brasileiras, entre março e junho de 1997, para preparar o IV Fórum, que aconteceria em Guararapi, Espírito Santo no mês de agosto. Os objetivos ficaram longe da modéstia: pretendeu-se articular e integrar educadores ambientais, divulgar as experiências regionais, atualizar os diversos segmentos de sociedade, que atuam no setor, avaliar aspectos filosófico-metodológicos, que fundamentam a ação nesta área, debater políticas públicas e por

fim, fazer o balanço dos cinco anos pós-Rio-92 e 20 anos da Conferência de Tbilissi, classificada como marco fundamental de onde se começou a definir a necessidade de novos parâmetros para construção do futuro da humanidade.

2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA SOCIAL

É relevante mencionar que as discussões referentes a definição de políticas ambientais no Brasil são recentes, elas ganharam força e passaram a ser mais disseminadas nos últimos 30 anos, em alguns momentos pressionados pelos eventos ambientais internacionais, nacionais, estaduais, regionais e/ou locais, e ainda pela organização do movimento ambiental, que vem trabalhando para sensibilizar a humanidade quanto a forma inadequada com que trata os bens coletivos planetários e das irremediáveis consequências que esse processo pode causar ao meio ambiente.

Até a conferência de Estocolmo realizada em 1972, não se pode falar em definições de políticas ambientais brasileiras, mas sim, de medidas de governo, as quais posteriormente resultaram no que denominamos de Políticas Sociais Ambientais. Política Ambiental entendida como exercício do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988).

As primeiras providências oficiais relacionadas ao meio ambiente no Brasil, voltaram-se para criação de espaços pitorescos e paisagísticos. Essas iniciativas deram ênfase à criação de praças, parques e reservas florestais. Nesse sentido, estão o Parque Estadual de São Paulo (1807), e o Parque do Iguaçu (1939).

As influências dos movimentos ambientais internacionais, foram chegando lentamente no Brasil, e mobilizou uma parcela da sociedade civil, que começava a organizar-se em torno da causa ambiental. Neste contexto, 1958 é criada no Brasil, a primeira organização não governamental *Stricto-Sensu* – a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – sediada na Suíça. “Embora desenvolvendo um trabalho de caráter preservacionista, essa fundação é considerada um marco importante na luta pela formação do movimento ambiental” (VIOLA & PINTO, 1992, p. 106).

Os grupos ambientalistas no Brasil, segundo Cascino (1999, p. 35), cresceram de forma significativa nos finais dos anos 80.

Na segunda metade da década de 70, surgiram alguns grupos ambientalistas nas primeiras cidades do Sul e Sudeste. Eram pequenos grupos de atividades que contavam com um apoio financeiro de uma periferia de simpatizantes e que tinham como objetivos, denunciar os principais problemas de degradação ambiental nas cidades [...] o crescimento do número de grupos com mais de um ano de existência cresceu aproximadamente 400 em 1985 para 700 em 1989.

Cabe frisar que em 1971, foi criada a primeira associação ecologista que surgiu no Brasil, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) está tinha como objetivo a defesa do ambiente natural.

No tocante, as políticas ambientais no Brasil, até a chegada dos anos 60 não se pode falar em uma ação coordenada do governo, ou em uma entidade gestora responsável pela implementação de políticas de meio ambiente. O que existia eram vários órgãos federais que se espalhavam no país, como: o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), que se preocupava com a drenagem e a recuperação de terras, o serviço de saúde pública, o qual cuidava do saneamento. O Ministério da Agricultura cuidava dos parques e da conservação dos solos, o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNER) responsável pelo tratamento de endemias rurais, o Departamento Nacional da Águas e Energia (DNAE) era responsável pelo aproveitamento energético das águas, o Departamento Nacional Contra as Secas (DNOCS) viabilizava obras contra as secas, e assim por diante. Segundo Vieira & Bredariol (1998), a legislação que dava suporte legal para essa política, era ainda a dos anos 30 (Código de Águas, Florestas, de Caça, Pesca e Mineração).

O tratamento dispensado, aos problemas ambientais era feito de maneira multissetorizada, que dificultava uma ação mais efetiva e coordenada, pois esses órgãos, implementavam as questões ambientais como uma atividade secundária as suas atividades primeiras.

É importante ressaltar, que a partir da década de 60 novos órgãos relacionados ao meio ambiente foram implantados no Brasil, como: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criado em 1967, responsável pela política florestal e a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) criada em 1962, responsável pela política de recursos pesqueiros e a SEMA criada em 1973, responsável pelas normas e padrões para o meio ambiente.

Esses órgãos apresentavam dois fortes vícios um na regulamentação, mas com ações tímidas em termos de cumprimento da mesma, dada a sua fragilidade

em relação à capacidade operacional, e outro o de criação de unidades de conservação em todo o território nacional, este decisivo para a criação de áreas de proteção ambiental.

A década de 80, foi marcada por conquistas do movimento ambientalista no Brasil com a publicação das Leis 6902 de abril de 1981, que estabeleceu novos tipos de áreas de preservação ambiental, dentre as quais, estavam as Estações Ecológicas, designadas as pesquisas e a Educação Ambiental, e a Lei nº 6.938 de agosto do mesmo ano, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e estabeleceu a Educação Ambiental para todos os níveis de ensino.

Entretanto a despeito do status à Educação Ambiental, está continuou relegada à prática do ecologismo ou do verde pelo verde. Ou seja, em termos educacionais a questão ambiental continuou sendo vista como algo pertinente às florestas, mares e animais ameaçados de extinção, não se discutindo os modelos de desenvolvimento predatórios a exploração dos povos, o sucateamento do patrimônio biológico e cultural, a expansão e o aprofundamento da pobreza no mundo e a cruel desigualdade social estabelecida entre os povos (DIAS, 1991, p. 17).

Sob esse prisma, a educação ambiental era vista como referencial perigoso. Neste sentido, a visão meramente ecológica das questões ambientais deveria permanecer. Não seria pertinente para os países dominadores, que os indivíduos comesçassem a refletir sobre as questões de caráter sócio-cultural, político, econômico e histórico que norteiam a problemática ambiental, pois isto levaria a questionamentos que colocaria em xeque o estilo de desenvolvimento econômico desigual que o sistema capitalista desenvolve.

Nessa perspectiva o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) continuava implementando orientações sob o véis do reducionismo. Isto ficou nítido quando em 1984, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) deveria apresentar uma resolução estabelecendo diretrizes para ações de educação ambiental, porém esta proposta não foi concretizada, mostrando o descaso com a efetivação da Política de Educação Ambiental no Brasil.

No ano de 1986, foram tomadas grandes decisões para a área ambiental brasileira. As universidades ocuparam espaços mais significativos dentro do panorama político ambiental. Neste ano, aconteceu em Brasília o I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente com o objetivo de começar um processo de integração entre as ações do SISNAMA e do Sistema Universitário. O resultado dessa integração foi o surgimento de algumas resoluções do CONAMA, como a de nº 001 de 23 de janeiro de 1986, que estabelecia as responsabilidades,

os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e concretização da Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) e Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), os quais são estudos multidisciplinares, que avaliam os possíveis impactos que um projeto possa trazer ao meio ambiente natural, indicando alternativas, para sua prevenção e/ou mitigação, ou mesmo recomendações de não implementação do projeto. Essas Resoluções foram introduzidas como instrumento de Política Nacional e de Meio Ambiente.

A importância dessa resolução é clara, pois o meio ambiente começa a fazer parte de forma explícita do processo decisório de projetos públicos e privados, trazendo uma mudança qualitativa na legislação.

Na tentativa de fomentar maior agilidade em termos administrativos na execução da Política Nacional de Meio Ambiente, foi criado o IBAMA no ano de 1989, com a fusão da SEMA, do IBDF, SUDEPE, e mais a estrutura da Superintendência de Desenvolvimento da Borracha, porém, este instituto trouxe os mesmos problemas que já existiam em cada um dos órgãos extintos: a falta de equipamentos e a escassez de recursos humanos qualificadores, para a materialização de atividades, voltadas para a multi e interdisciplinariedade.

Segundo Dias (1991), a Educação Ambiental, neste momento perde a oportunidade de se construir em um foco de maior importância, ficando restrita a uma mera divisão, sem autonomia, apesar do discurso pregar prioridade para a Educação Ambiental no país.

Em 1988, por força da pressão das associações ambientalistas européias, que promoveram na Itália um documento, no qual denunciava as pressões para o pagamento da dívida externa dos países do terceiro mundo, como responsáveis por transformações drásticas na economia, na sociedade e no meio ambiente dos devedores. O Brasil se viu obrigado a implementar na sua Constituição, um capítulo exclusivo sobre o meio ambiente e muitos artigos afins, inclusive sobre a educação ambiental.

A Constituição de 1988, em seu capítulo IV, executa uma análise mecanicista e reducionista sobre Educação Ambiental, promovendo a mesma para todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

É conveniente dizer que esse fato já era de se esperar, pois a Educação Ambiental no Brasil, nunca foi prioridade.

A única política educacional definida para o nosso povo, até então havia sido a de tomar a Educação inoperante, produtora de cidadãos passivos, omissos [...] e destituídos das habilidades da organização social (DIAS, 1991, p. 9).

Em 1994, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), pelo governo federal. Este programa seria desenvolvido pelo MEC e MMA, com a parceria de mais dois Ministérios: O da Cultura e da Ciência e Tecnologia, onde foram apontadas duas perspectivas:

- a) A primeira destinada ao aprofundamento e a sistematização da Educação Ambiental para as atuais e para as novas gerações, tendo o sistema escolar como instrumento;
- b) enquanto a segunda se direciona a boa gestão ambiental, visando a formação da consciência pública ou a produção da informação adequada nos mais diversos segmentos da sociedade.

É pertinente mencionar que a exposição dos motivos para a criação do PRONEA, assinada por quatro ministros de estado revelou que apesar das propostas de Tbilissi, da Rio-92 e das experiências de Educação Ambiental desenvolvidas no país, persistia um quadro de ineficiência neste setor, como da para verificar, por exemplo, pela leitura de um trecho desse contexto oficial de 1994.

Pesquisas existentes evidenciam a defasagem entre a intenção e a prática. Nessas pesquisas se observa que a maioria da população brasileira, independentemente do nível de escolarização ou da região em que habite, não consegue relacionar o atual estilo de desenvolvimento praticado no Brasil, com a degradação ambiental observada em diferentes pontos do território nacional. As mesmas pesquisas comprovam que na educação escolar a introdução da dimensão ambiental nos currículos, de forma geral, é incipiente. A Educação Ambiental apresenta ainda, uma grande diversidade de concepções e formas de tratamento. Visto em geral como conteúdo integrado das ciências Físicas e Biológicas, com enfoque essencialmente naturalístico. Seus objetivos educacionais não incorporam as dimensões social, cultural e econômica.

A equipe responsável pela elaboração do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) acatou princípios estabelecidos pela comunidade internacional. Sobre as linhas das ações, o documento justifica que:

O PRONEA foi elaborado contemplando as linhas de ação que definem objetivos e estratégias próprias de cada uma delas, procurando assim, determinar subsídios políticos para outras instituições da administração pública podendo adequar seus programas de governo, buscando o desenvolvimento da Educação Ambiental no Brasil. Propõem ainda diretrizes para viabilizar ações em nível de sociedade civil como um todo (BRASIL, 1997b, p. 1).

São traçadas sete linhas de ação indicadas como orientadoras de prática de Educação Ambiental, sendo elas:

- 1 Educação Ambiental através do ensino formal, tem como objetivo capacitar o sistema de educação formal, supletivo e profissionalizante em seus diversos níveis e modalidades, visando à formação da consciência a adoção de atitude e a difusão do conhecimento teórico e prático, voltados para a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais;
- 2 Educação no processo de gestão ambiental, tem como objetivo, informar as decisões e orientar seus formadores no setor público e no setor privado, em seus vários campos de atuação, para que incorporem noções e princípios da boa gestão ambiental no exercício de suas atividades;
- 3 Realização de campanhas específicas de Educação Ambiental para usuários de recursos naturais, as quais têm como objetivo, conscientizar e instrumentalizar os usuários dos recursos naturais, para que utilizem de forma responsável, garantindo-lhes sustentabilidade e promovendo a qualidade de vida das populações afetadas;
- 4 Cooperação com os que atuam nos meios de comunicação e com comunicadores sociais, tendo o objetivo de viabilizar aos que atuam nos meios de comunicação social, tais como escritores, atores, artistas, nas mais diversas modalidades de expressão, as condições adequadas para que contribuam na formação da consciência ambiental da sociedade, na promoção dos valores ligados ao uso responsável dos recursos naturais, da preservação do meio ambiente e da melhor qualidade de vida;
- 5 Articulação e integração das comunidades em favor da Educação Ambiental, onde seu objetivo é mobilizar iniciativas das comunidades, de organizações governamentais e não governamentais e de outras instituições externas ao sistema educacional, para a implantação, ampliação e aperfeiçoamento de práticas de Educação Ambiental adequadas aos públicos que delas se beneficiam ou com elas interagem;

- 6 Articulação intra e interinstitucional, tendo o objetivo de promover e apoiar a cooperação e o intercâmbio interinstitucional no campo da Educação Ambiental;
- 7 Criação de uma rede de centros especializados em Educação Ambiental, integrando universidades, escolas profissionais, centros de documentação em todos os estados da federação.

Para viabilizar um melhor desempenho desse programa, foi utilizada como estratégia a busca de parcerias, pois a Constituição Federal impõe ao poder público a obrigatoriedade de atuação na área de Educação Ambiental e como sabemos o poder público é composto de órgãos do governo das esferas federal, estadual e municipal. Sendo assim, quanto mais houvesse diálogo e colaboração entre essas instâncias governamentais, maiores seriam as possibilidades de implementação e sucesso do PRONEA. Por conta disso, foi estabelecido um Protocolo de Intenções através do qual:

[...] se viabilizam ações conjuntas em Educação Ambiental entre o MEC e MMA, as quais são transversais aos campos de ação de cada um dos ministérios. Esse é portando uma estratégia que pode ser adotada por outras esferas de governo [...] (BRASIL, 1997b, p. 15).

Decorridos 3 anos da criação do PRONEA, o Brasil realiza a I CNEA, ocorrida em Brasília, no ano de 1997. Nessa conferência é realizado um levantamento nacional das ações em Educação Ambiental no país. Durante o período de organização da ICNEA, ocorre uma profícua discussão sobre Educação Ambiental nos estados da federação, ocorrendo encontros preparatórios entre instituições governamentais e não governamentais que atuam na área ambiental.

A partir dos relatórios regionais da I CNEA, o qual foi levado em dezembro do mesmo ano para a Conferência de Thessaloniki, na Grécia, como documento oficial do Brasil sobre a Educação Ambiental. Na sua leitura, dá para ver novamente a persistência do quadro negro para o setor no país, constatando-se que as palavras “carência” e “falta”, estão entre as mais presentes. O documento é longo, valendo conhecer pelo menos o resumo das colocações, para cada uma das cinco áreas temáticas propostas.

Educação Ambiental e as vertentes do desenvolvimento sustentável. À luz desta questão, contem dois sub-temas, um relacionado à Agenda 21 e outro a educação não formal, este capítulo levantou como primeira “falta”, a não-

concordância em torno do termo Desenvolvimento Sustentável. A idéia central é a busca do bem-estar das gerações atuais, sem prejudicar a sobrevivência dos que estão por nascer. Mas a partir disto, as definições mudariam, atendendo a interesses e posturas dos diferentes setores sócias. O “Documento de Brasília” recomendou a construção de um conceito de desenvolvimento sustentável, a fim de assegurar à sociedade a compreensão objetiva, os caminhos concretos e efetivos para a Educação Ambiental. Outra falta estaria no setor universitário, que deveria desenvolver metodologias e matérias de apoio para Educação Ambiental. E mais: segundo o texto, o governo desobedeceu ao compromisso de divulgar a Agenda 21, e não construiu uma Política de Educação Ambiental adequada as realidades regionais, estaduais e municipais. Não para aí: o documento também denunciou, a falta de articulação entre esferas do governo e organismos da sociedade civil, a insuficiência de recursos humanos para o setor e a ausência de interdisciplinaridade.

A partir do exposto, devido a tantas carências a Educação Ambiental ficou em segundo plano, não vislumbrando uma solução a curto prazo para responder ao diagnóstico pessimista, o relatório trouxe vinte e sete recomendações. Por exemplo, sugeriu atividades para gerar um posicionamento da sociedade brasileira frente aos desafios do desenvolvimento sustentável, como a organização de debates em nível local e regional, com ampla participação da sociedade. Entre os temas à discutir, estaria a questão ética nas áreas econômica, política, social. Também recomendou o incentivo técnico e financeiro para constituir um sistema integrado de Educação Ambiental em todos os níveis, de modo a permitir a construção de uma política de Educação Ambiental e o fortalecimento de redes interinstitucionais no setor, envolvendo inclusive instituições do ensino superior, o apoio foi igualmente sugerido para viabilizar projetos de pesquisas básicas e aplicadas em campos como o desenvolvimento de meios alternativos de produção ou o uso de fontes não poluentes de energia. A democratização das informações, o incentivo ao Ecoturismo e a divulgação das fontes de financiamento para Educação Ambiental, também foram recomendações do capítulo, que dedicou as últimas sugestões as ações práticas, como o pedido de urgência para compatibilizar as legislações ambientais no âmbito do MERCOSUL, e rever os licenciamentos pelos órgãos ambientais dos projetos de desenvolvimento na Amazônia.

Educação Ambiental Formal – papel, desafios, metodologias, capacitação: de acordo com o texto de Brasília, no final de 1997, permanecia o

modelo de educação derivado do paradigma positivo e da pedagogia tecnicista, que constituíam um sistema de ensino fragmentado em disciplinas, que é diferente do que almeja a Educação Ambiental. De uma extensa lista de carências apontadas, dá para destacar.

- A falta de capacitação dos professores para a Educação Ambiental, bem como de estímulos salariais e profissionais para o corpo docente;
- a carência de pesquisas para produzir, por exemplo, metodologias pedagógicas de Educação Ambiental para o ensino formal;
- a falta de materiais didáticos para o trabalho em sala de aula e entre os disponíveis, a não adequação para a realidade local de quem ensina;
- a falta de uma política nacional eficaz e sustentada que promova a capacitação sistemática dos responsáveis pela Educação Ambiental formal;
- a ausência de articulação entre o MEC e as delegacias estaduais de ensino, secretarias de educação e as escolas, e destes órgãos com outras instituições governamentais e não governamentais;
- a falta de compreensão da classe política em geral, de que Educação Ambiental, não deve ser entendida como uma disciplina a mais no currículo, devendo, pelo contrário, permear todas as áreas. Em contraste a estas e outras ausências, o documento criticou os “conteúdos muito carregados” em relação à transmissão de conhecimentos, nos três níveis de ensino, isto dificultaria uma análise mais aprofundada de cada tema e, portanto a inserção da dimensão ambiental na educação.

Como alternativa para este quadro complicado, o documento reuniu vinte e quatro recomendações para o desenvolvimento da Educação Ambiental no ensino formal, a começar pela proposta de reestruturar os currículos nos três níveis de ensino, de modo a incorporar a temática ambiental de forma interdisciplinar e estimular “elaboração de novas perspectivas criativas e participativas para a solução de problemas ambientais”. Sem meias-palavras, também recomendou que os ministérios assinantes do PRONEA (MMA, MEC, MINC e MCT) deveriam assumir verdadeiramente a sua implementação prática e priorizar o seu papel de incentivador e financiador do desenvolvimento de pesquisas, cursos de capacitação,

materiais educativos e a inserção dos temas ambientais nos currículos de todos os níveis de ensino e de todas as carreiras. Aí, para cada item houve detalhamentos. Por exemplo, no caso da capacitação eis duas das recomendações: incorporar a dimensão ambiental na educação nos cursos de magistério e licenciatura para evitar, o custo extra da capacitação posterior na área e incentivar a criação de cursos de pós-graduação em Educação Ambiental. Também houve recomendações para financiar projetos=piloto nesta área no nível formal e apoiar a criação de centros de excelência em Educação Ambiental, incentivando investimentos para facilitar o acesso às informações, através, por exemplo, da distribuição de livros, revistas, boletins às escolas e instituições ambientalistas e a formação de bancos de informações de redes, etc.

Educação Ambiental no processo de gestão ambiental – metodologia e capacitação. Também revelou carências como:

- A falta de propostas de desenvolvimento sustentável diferenciadas para populações tradicionais;
- a falta de conhecimento dos instrumentos de gestão ambiental;
- a falta de programas de Educação Ambiental comunitários, que poderia voltar-se a temas como à conservação dos mananciais ou problemas do lixo;
- a falta de capacitação de responsáveis pelo estabelecimento da gestão ambiental do setor público e privado;
- a falta de envolvimento das esferas municipais para o gerenciamento ambiental (o que dificulta uma maior participação da sociedade).

O capítulo trouxe ainda, um recado duro para o setor empresarial: a Educação Ambiental e a Gestão Ambiental são tratadas em grande parte pelo setor produtivo como despesa e não como investimento, pela falta de programas de Educação Ambiental nas empresas, o que leva a confundir Educação Ambiental com marketing ambiental. Outra crítica foi para a desarticulação na Gestão do Sistema Nacional do Meio Ambiente, gerando neste caso, contradições como o desconhecimento, necessidades estaduais e municipais, que ignoraram as comunidades que nelas habitam.

A Educação Ambiental foi à área campeã em número de recomendações – quarenta e duas no total. Uma das mais abrangentes, propôs estabelecer políticas públicas comprometidas com as novas posturas éticas, buscando a melhoria da

qualidade de vida. Visando a gestão participativa para programar o modelo de desenvolvimento sustentável, recomendou-se a criação de conselhos paritários entre governo e sociedade civil, para acompanhamentos e avaliação das políticas públicas de Educação Ambiental, o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas e dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e ainda, a implantação de comitês regionais para discutir ações integradas nas áreas costeiras.

As principais recomendações específicas na área de financiamento foram:

- Os grandes financiamentos entrariam como contrapartida obrigatória, a exigência do empreendedor de implementações de Educação Ambiental;
- criam-se linhas específicas de crédito para Educação Ambiental como reforço às existentes;
- que houvesse um incentivo real à produção e venda de produtos ecologicamente corretos.

Outra recomendação foi que as mesmas empresas passassem a apresentar seus desempenhos ambientais corretos, e ações de educação junto às comunidades vizinhas. Já no sub-título “Metodologias e Capacitação” entrou a recomendação para habilitar municípios e comunidades para gestão ambiental, além de é claro, sugerir a criação de metodologias adequadas às diversas formas de gestão ambiental. Também se pediu a participação da sociedade no processo de gestão das Unidades de Conservação, inclusive como forma de aprendizado para o exercício da cidadania. Segundo o tom de todo o documento solicitou-se ainda, adequação das diretrizes do PRONEA para esta área, e a instituição dos fóruns de Educação Ambiental.

O capítulo Educação Ambiental, as políticas públicas foi o mais conciso da Declaração de Brasília, mas não menos crítico. No diagnóstico revelou a tendência por parte do governo de planejar as políticas públicas de forma setorializada, sem a integração entre o poder público e a sociedade e ainda a ausência de estratégias, que garantam a continuidade dos programas iniciados. Também criticou a desconsideração da Agenda 21, na elaboração dos Planos Diretores e o fato de a legislação do setor de energia, saneamento e controle da poluição não contemplar o uso de impostos para beneficiar os programas sociais. Entre as 17 recomendações, vale destacar a proposta de inserir a questão ambiental, em todas as políticas públicas, valorizando o serviço público e o servidor público, e ao mesmo tempo

promover a sensibilização destes servidores quanto aos aspectos ambientais de suas respectivas instituições. Também se propôs à implementação de uma política ambiental urbana, que considere particularidades regionais e estaduais, colocando a Educação Ambiental como facilitadora do processo, e o estabelecimento de parcerias com o setor produtivo para desenvolver através da Educação Ambiental, uma postura ética frente ao desafio da questão ambiental.

Educação Ambiental, ética, formação de cidadania, educação, comunicação e informação da sociedade, englobando os meios de comunicação e os processos de informação e organização da sociedade, algumas causas para a má divulgação dos problemas ambientais, ou simplesmente a sua ausência. Um motivo seria a falta de uma política de comunicação para esta divulgação. Mas somando a estes fatos, estaria o monopólio dos meios de comunicação, o não compromisso com a qualidade da informação. Ressaltando ainda:

- Incentivo ao consumismo desenfreado, através da propaganda de produtos supérfluos e poluentes, estimulando a agressividade social e a violência, não valorizando valores éticos como a solidariedade e a cooperação;
- a impossibilidade pelo alto custo, especialmente na televisão de veicular informações e programas de Educação Ambiental;
- o sensacionalismo em relação aos fatos ambientais, quando eles chegam ao noticiário.

Entre as 15 recomendações para mudar este quadro, apresentou-se a proposta de democratizar os meios de comunicação de massa, garantindo a participação da sociedade civil. Além disso, houve sugestões de abrir espaços para a divulgação de experiências de Educação Ambiental, valorizando o homem, o meio ambiente e os valores éticos fundamentais, e também os conhecimentos das populações tradicionais. Em relação aos profissionais de comunicação, a idéia foi motivar a mídia a assumir seu papel de formadora de opinião social, veiculando informações corretas e dirigidas à formação do cidadão, estimulando o maior comprometimento com a questão ambiental, através de ações como seminários e o trabalho com questões ambientais nos cursos de comunicação nas universidades. A divulgação das leis ambientais através da mídia, o fortalecimento de um sistema de comunicação interestadual em Educação Ambiental, a veiculação da Agenda 21 de

maneira compreensível para o cidadão e a promoção de eventos com ampla participação da sociedade, foram outras propostas do capítulo final do documento.

Após quase cinco anos de debates e discussões, o presidente da república Fernando Henrique Cardoso, sanciona a Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituído-a como Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

É relevante mencionar que as discussões travadas na I CNEA, resultaram na concretização do relatório citado anteriormente, o qual foi o ponto culminante para a promulgação desta lei.

O primeiro capítulo desta Lei trata especificamente sobre Educação Ambiental. É importante ressaltar, que esta lei traz uma leitura ampla de meio ambiente considerando a interdependência entre meio natural e os fatores socioeconômicos e os culturais, sob o enfoque da sustentabilidade (Art. 4, Inciso II da Política Nacional de Educação Ambiental).

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999

CAPÍTULO I – DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Ao se analisar as entrelinhas desta lei, verifica-se que a Educação Ambiental é legitimada como Política Nacional, o que sem dúvida, traz ganhos relevantes para a sociedade brasileira como um todo. Esta lei ratifica a Educação Ambiental como Política e aponta caminhos para o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social.

É conveniente dizer, que a efetivação da Lei nº 9.795/99 é necessária, mas a história política do Brasil nos mostra que a sua concretização é difícil de ocorrer, pois o governo federal “nunca” investiu de maneira eficiente, em políticas sociais como, saúde, educação e habitação. Neste sentido, é necessário que o profissional atuante na área da Educação Ambiental contribua para a formação de cidadãos conscientes e participativos de seus direitos e deveres.

3 UMA LEITURA DA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O surgimento do Serviço Social no Brasil está intimamente relacionado às transformações sociais, política e econômicas do país na década de 30, remontando-se também a iniciativa de vários setores da burguesia nacional, fortemente respaldados pela igreja católica e tendo como referencial o Serviço Social.

A evolução das estratégias sociais fomentadas pela política brasileira a partir de 1930, como legislação trabalhista, o sindicalismo e a ampliação dos serviços de educação, habitação e saúde, trouxeram a necessidade da inserção de profissionais qualificados, para a implantação e prestação de serviços na rede urbana.

[...] o profissional de Serviço Social é figura chave. Sua presença como operador de programas sociais tem sido uma constante. Na época em que a política social se caracterizava como terapêutica, em que se procurava remediar os males mais graves, época em que a caridade ou a assistência privada e pública atendia preferencialmente indivíduos e famílias pobres ou doentes. Nessa etapa há uma identidade absoluta com os conceitos em voga da profissão ao ponto de se construir uma mimetização entre política social e o Serviço Social (LIMA, 1989, p. 121).

A influência européia, especialmente a franco-belga (origem do Serviço Social) desenvolveu-se na filosofia Netonista, expressada na Doutrina Social da igreja Católica, a partir do Papa Leão XIII, no final do século XIX. Nesta conjuntura a igreja brasileira assume as diretrizes papais de Leão XIII, Pio X e Pio XI.

É relevante que a Encíclica Rerum Novarum, publicada em 15 de maio de 1891 por Leão XIII, se constituiu em uma nova etapa na história da igreja católica, que influenciou os destinos do Serviço Social brasileiro. “É através da Rerum Novarum que se delineia uma nova ação social que conclama todo o povo cristão para cooperar na construção da sociedade” (PINTO, 1986, p. 36).

A influência franco-belga no Serviço Social brasileiro, através da igreja católica e de seus organismos assume a forma de doutrinação.

No ano de 1932 é fundado em São Paulo o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), após realização do curso de Formação Social para moças, o qual foi ministrado pela Assistente Social Adéle de Loneaux, da escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. “[...] A clientela desse primeiro curso foi constituída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes do

movimento da igreja e todas pertencentes de famílias da burguesia paulista [...]” (MARTINELLI, 1992, p. 123).

Na década de 30 a professora Maria Esolina Pinheiro⁵, desenvolveu temas como: Educação e Cidadania, Educação Operária, Trabalho Feminino e Vida Rural, com uma conotação diferenciada da benemerência de cunho religioso tão presente no Serviço Social desse momento. Esolina valorizou a educação na zona rural do Brasil, frisando a importância do Serviço Social nesse processo. O Serviço Social no seu trabalho itinerante, através de nossas zonas rurais, não vai resolver problemas políticos, econômico-sanitários, vai preparar, porém, o meio social no sentido de favorecer a conjugação destes empreendimentos de ordem pública (PINHEIRO, 1985).

No quadro conjuntural da década de 40, o Brasil estreitou as relações com os Estados Unidos. Da relação Vargas/Roosevelt, resultaram inúmeras consequências no cenário econômico, político e social do país. “A política americana da boa vizinhança consolida-se através da ajuda e o processo de industrialização brasileira se efetiva como fator decisivo na formação econômica social” (PINTO, 1986, p. 25).

Nesse contexto histórico, as instituições estatais se expandiram, crescendo com isso, “a demanda por agentes qualificados para o exercício da ação social. A experiência que se havia criado em relação ao exercício desses agentes tinha por referencial a identidade atribuída do Serviço Social” (MARTINELLI, 1992, p. 126).

A institucionalização e legitimidade do Serviço Social operacionaliza-se com as instituições estatais e as empresas privadas. Esse processo tinha como pano de fundo, a apropriação pelo estado e pela burguesia, dos trabalhos desenvolvidos pelos filantropos e agentes sociais, com o objetivo de estabelecer uma conotação do Serviço Social no Brasil, lamamoto (1992, p. 31-32), enfoca:

Nesse processo de institucionalização, a profissão passa a ser crescentemente incorporada aos programas que concretizam as políticas sociais do desenvolvimento populista, ideologia dominante após Segunda Guerra Mundial. Esse processo dominante permitirá também ao Serviço Social – da mesma forma como permitiu sua cooptação pelo estado – manter com algumas adequações, as

⁵ Maria Esolina Pinheiro foi uma das pioneiras do Serviço Social no Brasil, foi a fundadora da primeira escola inaugurada no ano de 1944. Ela se aperfeiçoou na organização de projetos sociais, possibilitando a afirmação da profissão como instrumento capaz de realizar funções superestruturais importantes ao Estado, e internamente e ao Serviço Social abriu-se a possibilidade de uma reflexão sobre o espaço existente para o desenvolvimento de atividades profissionais.

características básicas da prática e do pensamento conservador que o marcaram desde a sua origem.

Nesta conjuntura, houve a concretização da passagem da influência européia para a norte-americana, pois havia a necessidade de se buscar a racionalização do agir profissional, relacionada com a instrumentalização da prática que o Serviço Social norte-americano oferecia. Neste momento estabeleceu-se a diminuição gradual do espírito religioso dominante em favor do técnico-metodológico. O Serviço Social de Casos, por exemplo, é assinado a partir de autores como Gordon Hamilton e Anette Garret (*A Natureza da Entrevista*), Félix Bresteck (PINTO, 1989).

A influência da ideologia desenvolvimentista respaldou o Serviço Social nos meados da década de 50, difundindo o Serviço Social de Comunidade. Neste momento era responsabilidade do Assistente Social colaborar com as técnicas de organização e mobilização das comunidades, visando reformas sociais, através da utilização do desenvolvimento de comunidade.

Nos princípios da década de 50, a distribuição de bens materiais e culturais é fomentada como complementos do desenvolvimento econômico. Nesse contexto as declarações dos governantes tinham o aval dos organismos internacionais que enumeram os principais aspectos do bem-estar e dos níveis de vida entre os direitos universais e a disciplina do Serviço Social, como seus valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos autodefinir-se com a profissão, cuja meta é o bem-estar social (LIMA, 1989).

Neste período, o conteúdo ideológico do Serviço Social se pautava na teoria *Welfare-State*, que engendrava a vigência de um estado benfeitor. A inversão em políticas públicas de bem-estar e de infra-estrutura produtiva empresarial e a planificação de políticas distributivas de renda deveriam reverter-se na elevação das taxas de produtividade e de acumulação.

Porque desconhece as implicações presentes nesses conteúdos, o Assistente Social, da mesma forma que os planejadores sociais pensa que os objetivos dos direitos humanos devem ser alcançados intensificando os esforços por elevar os níveis de vida através de algumas esferas públicas implementadas (educação, saúde, segurança, assistência Social) com o apoio da legislação e dotação de instituições públicas, programas e sistemas de capacitação profissional, ou promovendo setores como habitação, nutrição e recreação (LIMA, 1989, p. 22).

Em 1955, houve a criação do Serviço Social Rural, que havia sido discutido inclusive pela professora Maria Esolina Pinheiro na década de 30, porém foi através da Lei nº 2.631 de 23 de setembro de 1955, que se oficializou o Serviço Social Rural, que vai organizando-se e começa suas atuações a partir de 1959. Sua presença marcante será a partir de 1960. Este serviço receberá apoio do governo e de vários programas internacionais, bem como de órgãos patronais da área. Sua atuação implicará no auxílio ao desenvolvimento capitalista no campo.

Um dado pertinente é que o Serviço Social, no final do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), entra incisivamente no trabalho de comunidade e assume a postura desenvolvimentista. “Na década de 60, o Serviço Social possuía basicamente uma postura: desenvolver seu trabalho em plena consonância com os governos então no poder” (AGUIAR, 1982, p. 90).

A partir da década de 60, houve um crescimento significativo do Serviço Social no Brasil, no que diz respeito à expansão profissional (aumento do número de Assistentes Sociais) e nos termos teóricos-metodológicos. À luz desta questão, Iamamoto e Carvalho (1992, p. 346), salientam:

[...] a profissão sofrerá suas mais acentuadas transformações modernizando-se tanto o agente como o corpo teórico, métodos e técnicas por ele utilizados. Há também um significativo alargamento das funções exercidas por Assistentes Sociais, em direção a tarefas, por exemplo, de coordenação e planejamento, que evidenciam uma evolução no status técnicos da profissão [...].

É nesta conjuntura histórica que o Serviço Social ganha nova fase: a fase Reconstituição. Esse movimento trouxe reflexões da categoria profissional acerca da metodologia tradicional do Serviço Social, que não dava conta da realidade subdesenvolvida do país.

No início da década de 60, grupos de Assistentes Sociais passaram a questionar o Serviço Social quanto à sua operacionalidade. Esse questionamento é o da validade do corpo teórico do Serviço Social em face à realidade da América Latina. No Brasil, esse questionamento se fez por um número significativo de Assistentes Sociais, quer pelos que desejavam reformas, quer por aqueles mais ligados com o povo. Esse questionamento começa a consolidar-se com os chamados seminários regionais promovidos por Assistentes Sociais (AGUIAR, 1980, p. 119).

A inquietude dos Assistentes Sociais brasileiros deu origem a quatro seminários de teorização do Serviço Social: Araxá (março de 1967), Teresópolis (janeiro de 1970), Sumaré (novembro de 1978) e Alto da Boa Vista (novembro de 1984).

Os profissionais de Serviço Social, foram influenciados por uma profunda agitação política que ganhou força no Brasil e em toda América Latina, diante da crise do modelo desenvolvimentista, gerando frustrações em amplos setores sociais.

Evidentemente a recomendação só foi possível em virtude da grave situação sócio-econômica existente na América Latina. Tal situação permitiu a firme penetração das idéias socialistas no continente, ampliando a influência das ciências sociais e mostrando que as mudanças internas no Serviço Social, quer em termos metodológicos, quer em termos da postura ideológica, ocorreram a partir das influências externas (PINTO, 1986, p. 30-31).

Vale ressaltar, que o Movimento de Reconceituação brasileiro teve um desdobramento diferenciado dos outros países da América Latina, pois este movimento foi marcado pela Ditadura Militar instaurada em 1964: Os fundamentos do novo regime político em implantação no país, são embasados na doutrina do desenvolvimento, vinculada a teorias geopolíticas, ao antagonismo e ao pensamento católico de tendência conservadora (SILVA, 1994).

Neste contexto histórico, o Movimento de Reconceituação no Brasil, foi freado pelo regime autoritário, marcado profundamente pela repressão aos setores organizados. No tocante à década de 70, houve a expressiva preocupação dos Assistentes Sociais, acerca da Formação Profissional, o que se pode demonstrar pelos rumos assumidos no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979, marcado por uma opção política crítica e pela influência do Marxismo na vanguarda do Serviço Social.

A preocupação com a formação social do Assistente Social, não é fenômeno novo na categoria. Ele remonta à década de 70, quando da vigência do modelo ditatorial militar no Brasil, ocasião em que, ao final desta década, registra-se uma efetiva virada no direcionamento sócio-político metodológico da formação profissional, que se pode demonstrar pelos rumos assumidos no III Congresso Brasileiro de Assistentes Social em 1979, marcado por uma opção política crítica e pela clara influência do Marxismo na vanguarda do Serviço Social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL, 1995, p. 4).

A postura crítica que emergiu do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, trouxe uma abertura teórica que fomentou uma concepção de Política Social “relacionada com os planos estruturais da sociedade e da temática da estratificação e luta das diversas forças inerentes aos conceitos de mobilidade e participação popular” (LIMA, 1989, p. 128).

O Movimento de Reconceituação permitiu buscar novos horizontes teóricos, reconstituir a trajetória histórica do Serviço Social nos marcos da sociedade

capitalista e compreender criticamente o surgimento da profissão. À luz do exposto, houve uma mudança na vida social da profissão. Dentre estes podemos mencionar como alterações significativas a mudança na postura profissional, a mudança no enfoque da profissão e a mudança no critério metodológico.

Porém, os efeitos destas mudanças se deram mais na formação em si, que do exercício profissional, ou seja, no plano teórico, do que da aplicação concreta. Em relação a tal assertiva (SARMENTO, 1994, p. 3), salienta:

Podemos apontar para exemplificar isto, que a prática institucional é dominante rotineira (tarefas e funções). Estando, portanto impregnadas de um pragmatismo (onde a ação tem primazia sobre o conhecimento). Assim, o Assistente Social é um dos profissionais mais condicionados a uma ação repetitiva e mecânica, de escassa criatividade e de elevado caráter rotineiro (crítica preconceituosa ao Serviço Social tradicional, que acabou por dar suporte para a negação do trabalho institucional).

O Movimento de Reconceituação teve seus prós e contras, ou seja, trouxe um avanço teórico-metodológico para a profissão que possibilitou uma interpretação crítica do surgimento do Serviço Social, analisando os aspectos políticos, econômicos sociais e culturais, que nortearam o mesmo, questionando a intervenção profissional, calcadas no positivismo e funcionalismo, mas na contra-mão trouxe a resistência destes profissionais, no seu agir profissional onde assumiram mais a conotação ideológica que separava de um lado a racionalidade e eficácia, e do outro a ruptura e o compromisso.

3.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA NOVA FRENTE DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ASSISTENTE SOCIAL

A partir de pesquisas realizadas na área do meio ambiente, as quais foram possibilitadas, através da inserção no Projeto de Extensão do curso de Serviço Social da UFPA: Assessoria às Organizações Sindicais e Comunitárias Rurais no município de Barcarena (PA), constatamos uma nova demanda que se apresenta hoje ao Assistente Social formado na Amazônia, que é a Educação Ambiental.

No tocante às demandas, podemos considerá-las em duas dimensões: as tradicionais, que se submetem a um processo de atualização e as demandas emergentes, que trazem novas necessidades sociais.

As demandas tradicionais apresentam novos perfis, que são determinados pela relação público/privado, pela estratégia conquistada pelos trabalhadores, pelo surgimento de novos modelos de gestão, e pelos mecanismos de solidariedade. Os tradicionais campos como saúde, previdência, infância, adolescência, requerem hoje ações do Serviço Social, as quais reeditam as necessidades geradas pela ação profissional. No entanto, essas necessidades passam a ser medidas por processos sociais como: privatização, descentralização, qualidade total, e segmentação social dos usuários, dentre outros.

Em relação às chamadas demandas emergentes, observa-se a tendência para estratégias inovadoras, que passam a ser desenvolvidas pelas classes sócias no trato de questões que afetam a reprodução social e que apontam para a ampliação do espaço ocupacional do Serviço Social, como a fundação de empresas estatais e privadas na área da previdência e do meio ambiente. Nestes espaços ocupacionais, coexistem de forma tencionada demandas tradicionais e emergentes (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL, 1996).

O desenvolvimento do mercado de trabalho do Assistente Social é hoje uma das exigências fundamentais no processo de reconstrução do projeto de formação profissional, considerando a relação íntima do projeto com as demandas sociais. É relevante frisar, que as demandas que se apresentam aos profissionais não são oriundas exclusivamente de setores excluídos ou mais empobrecidos da sociedade (as chamadas demandas tradicionais), mas são provenientes também de outros segmentos que apresentam necessidades, não apenas materiais. Por exemplo, conselhos vinculados às políticas sociais como: Conselho de Saúde, Conselho de Assistência, bem como, programas empresariais na área de recursos humanos, podem ser exemplos de demandas dessa natureza, as quais implicam a ampliação do mercado de trabalho do Assistente Social e desafios para a formação profissional.

A relação íntima entre mercado de trabalho e formação profissional, não se trata de uma mera adequação da formação profissional às exigências do mercado, em uma perspectiva instrumental e de subordinação a sua dinâmica reguladora, trata-se de uma articulação que tem como pressuposto uma formação crítica, permitindo à apreensão às demandas expressas nas esferas públicas e privadas, explicitando as suas contradições e criando respostas compatíveis com os pressupostos da formação com as diretrizes curriculares e com a direção da profissão (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 20-21).

O desenvolvimento do mercado de trabalho do Assistente Social, ou seja, as perspectivas atuais, e potenciais desse mercado têm levado os profissionais a constantes reflexões em face da crise da sociedade contemporânea. Quando se consideram as características estruturais da sociedade brasileira, e sua modalidade de inserção no sistema capitalista, independentemente dos rumos políticos imediatos, verifica-se que a demanda objetiva de uma profissão como o Serviço Social, não tende a ser contrair (NETTO, 1996).

As exigências do mercado de trabalho e as demandas postas historicamente trazem reflexões para o agir do profissional do Assistente Social. Nesse sentido, o documento Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABEES) (1996) elenca cinco pressupostos da formação profissional que estão basicamente relacionadas a:

- 1 O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social, como uma profissão interventiva no âmbito da questão ambiental, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista;
- 2 A relação do Serviço Social com a questão social é fundamento básico de sua existência, mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teóricos-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho como uma totalidade histórica;
- 3 O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social, provocado por novas requisições postas pelo reordenamento do capital e pelo movimento de organização das classes subalternizadas;
- 4 As funções sócio-institucionais do Serviço Social, configuram-se nas mediações do Estado e Sociedade Civil, predominantemente através das políticas sociais públicas e privadas e nas diversas formas de enfrentamento às refrações da questão social;
- 5 A configuração do processo de trabalho do Serviço Social é determinada pelas demandas postas historicamente pelo movimento da luta de classes, e pelos vínculos que estabelece com os projetos societários, através das respostas que consegue implementar,

traduzindo uma determinada direção social que se evidencia como hegemônica.

À luz desse pressuposto, a formação para o social é um desafio para o Assistente Social, pelo fato de sua ação se dar basicamente nas relações sociais as quais constituem a sociedade.

Perceber os conflitos e as contradições que estão em permanente movimento, conquistar e explorar espaços para as rupturas e transformações, é um desafio para o profissional de Serviço Social, comprometido com uma ação crítica e transformadora (CAMADELO, 1995, p. 139).

A partir dessa perspectiva, é que vislumbramos a necessidade de trabalhar a Educação Ambiental, entendendo que está se constitui em uma nova demanda para o Serviço Social. Nesse sentido, Martinelli (1994, p. 70), ressalta:

[...] O profissional que não souber fazer a leitura da realidade, não saberá atuar nesta realidade. E se a prática profissional e fundamentalmente ação, ela pressupõe o conhecimento do real, como condição de trabalho, como instrumento de trabalho.

Neste sentido, analisamos que as questões relacionadas ao meio ambiente, dentre elas a Educação Ambiental, apresenta-se no cenário político-social, como uma das demandas emergentes para o Serviço Social.

Neste sentido, lembrando uma reflexão de lamamoto (1997, p. 8):

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, um profissional, propositivo é não só executivo.

É necessário que o Assistente Social saiba alongar o seu olhar, que tome consciência dos novos rumos da realidade social, compreendendo suas múltiplas determinações, percebendo as novas demandas que o real apresenta.

A década de 80, trouxe para a ordem do dia, vários debates acerca da política educacional brasileira, nestas discussões, vários educadores e segmentos das classes populares, reivindicaram incentivos ao ensino público e gratuito de qualidade.

Foi neste cenário que se ampliaram a demanda direcionada para a área da Educação Ambiental. Segundo Gohn (1994), o leque de demandas educativas nos anos 80 foi grande, período diretamente ligado às conquistas políticas que o país atravessou assim como, à busca de respostas ou seu equacionamento para

problemas de ordem estrutural gerados pelo modo e pela forma de acumulação capitalista no país.

Estas demandas estão sistematizadas, conforme Gohn (1994), nas seguintes áreas, temas ou problemáticas: Educação Ambiental, Educação sobre o Patrimônio Histórico e Cultural, Educação para a Cidadania, Educação Popular, Educação de Crianças e Adolescentes, Educação de Minorias Étnicas, Educação contra discriminação de sexo, Educação contra o uso da violência e pela segurança pública, Educação para a geração de novas tecnologias.

A Educação Ambiental teve duas fontes geradoras de demandas, uma de caráter preventiva e outra de caráter defensiva (GOHN, 1994).

A preventiva fomentou-se com campanhas, lutas e movimentos que se expandiram ao longo da década, orientadas para a construção de um sistema de valores e práticas para preservar e conhecer os ecossistemas.

Esta vertente educativa também gerou ações que se constituíram em verdadeiras brigadas defensivas de resistência e vigilância, contra os especuladores e empresários, que em busca do lucro fácil, consomem destroem a natureza, suas plantas, animais, rochas e riquezas minerais. Dentro dessa categoria, encontramos as lutas pela preservação da Amazônia, do Pantanal Mato-grossense, da região da Serra Pelada, do Rio São Francisco, de várias cataratas da Serra da Jurema [...] (GOHN, 1994, p. 60).

A Educação Ambiental preventiva tem se expandido bastante no Brasil. Esta é uma novidade histórica, apesar do marketing que o sistema capitalista fez sobre a Ecologia. Este é um dos grandes temas do século XXI. Trata-se não apenas de preservar o que temos, em termos de qualidade de vida, mas definimos o tipo de civilização que queremos construir daqui para frente. A destruição gerada pelo sistema consumista capitalista, o modelo de grandes megalópoles, pólos econômicos e bolsões de miséria está em crise (GOHN, 1994).

A Educação Ambiental Defensiva apresenta-se pelas ações concretas, como por exemplo: as campanhas que o poder público teve que viabilizar, em face das situações de calamidades públicas. Nesse sentido, estão as enchentes, inundações e secas que sofre o país, as campanhas de esclarecimento à respeito das praias e impróprias para o banho na época do verão, e ações para se proteger das ressacas e vendavais do mar, as operações e campanhas contra incêndio nas matas, provocadas acidentalmente (cigarros, balões, etc.), ou propositalmente (queimadas para derrubadas de árvores), campanhas e ações para economizar

água, energia elétrica e combustível, por razão econômica, ou escassez da natureza, devido ao uso sem planejamento (GOHN, 1994).

A Educação Ambiental Defensiva “vem sempre em função de corrigir uma omissão, um erro ou um desvio (tanto do poder público como da sociedade civil). Ela geralmente tem uma face punitiva, pois se trata de intervir em processo de crise” (GOHN, 1994, p. 62).

A Educação Ambiental não deve ser concebida apenas como preservação do verde e espécies em extinção, efetivada através de campanhas, palestras ou atividades estanques, que acontecem num determinado momento, sem continuidade e sem articulação com o processo político social em sua totalidade. Embora a preservação do verde das florestas das espécies animais e vegetais sejam consideradas importantes para a Educação Ambiental, não pode restringir-se a isso, nem tão pouco ter o caráter apenas punitivo. É imprescindível incluir as questões do meio ambiente natural e social, à compreensão das relações sócias. Assim a Educação Ambiental deve ser trabalhada como política social, a qual compreende a formação do cidadão consciente e participativo na construção de um meio ambiente qualitativamente melhor.

Ao nosso ver, esta compreensão deve respaldar a ação do Assistente Social, que trabalha com Educação Ambiental, pois compreendemos que a mesma deva ser orientada para solução de problemas sócio-ambientais, com caráter interdisciplinar⁶, capaz de responder com eficiência as necessidades sociais permitindo a prática do trabalho coletivo e da participação democrática.

⁶ MULTI e INTERDISCIPLINAR: o termo multidisciplinar refere-se a abordagem de um tema segundo a ótica de várias disciplinas, a palavra interdisciplinar vai além, pretende ser a abordagem de um tema, contando com a participação de várias disciplinas, não de forma estanque e separada, mas através de uma reflexão, o debate, a problematização do tema, abre novas perspectivas e novas concepções, algo é criado e recriado neste encontro de diversas áreas do conhecimento. Portanto interdisciplinariedade é bem mais que junção de várias disciplinas.

4 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BELÉM-PARÁ

A partir de 1989, todos os estados e municípios realizaram suas leis, muitas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais repetiram as propostas da Constituição Federal, incluindo um capítulo sobre o Meio Ambiente. Concomitante, ocorreu a promulgação de outras leis ambientais, que são fundamentadas para quem trabalha com Educação Ambiental, pois podem motivar debates e ações neste setor. Um exemplo é a Lei dos Direitos Difusos que permite ao Ministério Público propor ações civis públicas sem custo para o cidadão, no caso de danos ambientais construindo igualmente um apoio à ação dos cidadãos e por isso um instrumento para a Educação Ambiental. Todo esse clima de debates favoreceu o desenvolvimento de experiências nesta área, possibilitando ao Brasil ser aceito pela ONU, para sediar a ECO-92, que por sua vez, gerou novos eventos e iniciativas, tanto do governo quanto de outros setores⁷.

A Lei Orgânica do município de Belém foi promulgada em 1990, em seu capítulo VI trata exclusivamente sobre Meio Ambiente, repetindo a proposta da Constituição Federal de 1988, No Artigo 160, inciso V, menciona: “Estimular a Educação Ambiental nos níveis de ensino mantidos pelo município e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

A inserção de um capítulo sobre meio ambiente na Lei Orgânica do município de Belém, foi uma exigência posta para todos os municípios do Brasil. Neste contexto, foram criadas secretarias, coordenadorias, departamentos e fundações em todo o país.

Em Belém, na década de 90, a prefeitura municipal criou secretarias e fundações de meio ambiente, dentre elas estão: Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental “Escola Professor Eidorfe Moreira”, na ilha de Caratateua, Distrito de Outeiro, instituída pela Lei n° 7.747 de 02/01/1995, FUNVERDE – Lei Municipal n° 7.700 de 06/05/1994 e SEHAB – Lei n° 7.865 de 05/01/1998. Sendo está última, responsável pela política municipal de habitação, que tem como um de seus eixos de ação, a Educação Ambiental.

Consideramos que hoje, o município de Belém é um importante campo de gestão da política de Educação Ambiental, pelo fato de estar promovendo várias

⁷ Refiro-me a algumas empresas que deram apoio a iniciativa de terceiros, com a finalidade de incrementar programas educacionais promovidos em alguns casos, em parceria com ONGs e o Estado, criando inclusive fundos para financiar projetos na área da educação ambiental.

discussões nesta área, as quais estão trazendo propostas de amadurecimento para a execução desta política no município.

No estudo, investigamos os três órgãos municipais criados na década de 90, citados anteriormente (FUNBOSQUE, FUNVERDE e SEHAB). O resultado da análise que realizamos detectou a importância dispensada pela gestão municipal à política de Educação Ambiental.

4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA DE ALGUNS ÓRGÃOS QUE EXERCEM A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BELÉM: FUNBOSQUE, FUNVERDE E SEHAB

FUNBOSQUE, fundada em 1993, nascendo de um projeto que o Conselho de Representantes da Ilha de Outeiro (CONSILHA) apresentou à SEMEC, o projeto Escola Bosque, que foi aprovado nesse mesmo período. Sendo elaborado o regimento interno da escola e o Projeto Pedagógico, que seria seguido pela instituição.

A FUNBOSQUE foi criada com o objetivo de ser, o Centro de Referência de Educação Ambiental do Estado do Pará. A sua estrutura organizacional era: Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, Conselho Consultivo, Gabinete, Coordenadoria Administrativa e Coordenadoria de Educação de 2º grau. Hoje a FUNBOSQUE, está passando por mudanças funcional e estrutural, pois foi realizada a desativação das áreas de coordenação de programas comunitários para tornar-se somente estrutura escolar.

No atual momento, a FUNBOSQUE está em transição, ou seja, o objetivo é torná-la apenas Escola Bosque, deixando de ser Fundação, sendo esta acoplada à Secretaria de Meio Ambiente do município de Belém. Este um projeto a ser executado pela gestão atual. As atuais discussões acerca da Política de meio Ambiente para o município de Belém, estão apontando para a realização desta Secretaria, que ficará responsável pela implementação da Política Ambiental para município.

Os projetos sociais executados pela FUNBOSQUE que passam a ser coordenados pela Secretaria de Meio Ambiente são:

Lixo nosso de cada dia – desenvolvido inicialmente dentro da escola através de técnicas adequadas para que toda a comunidade escolar conscientize-se da necessidade de um ambiente escolar saudável, posteriormente, desenvolver-se-á

um trabalho mais amplo envolvendo a casa e a ilha como um todo. O objetivo é levar o aluno e a comunidade a perceberem que num ambiente limpo não há a presença de agentes como: ratos, baratas e microrganismos patogênicos, portanto não haverá doenças nem a degradação do meio, possibilitando um maior desenvolvimento da ilha, principalmente através do turismo.

Entre as ações previstas, está a adoção do sistema de Coleta Seletiva de Lixo, que consiste na separação dos resíduos orgânicos dos inorgânicos que são produzidos pela população.

Arborização e paisagismo como prática pedagógica na escola Bosque – projeto que parte de estratégias visando desenvolver um projeto de arborização e paisagismo como ação pedagógica na rotina da escola bosque, envolvendo alunos de 1º e 2º graus na produção de mudas (frutíferas, espécies nativas e ornamentais), e posterior plantio nas áreas da escola e de seus anexos.

Plantas medicinais como suporte didático-pedagógico – envolve alunos da educação infantil ao 2º grau, com o objetivo de resgatar no âmbito escolar e comunitário os aspectos da medicina popular, o conhecimento empírico da sociedade sua tradição de técnicas e manipulação de medicinais, incentivando seu cultivo e a utilização de técnicas e manipulação de remédios caseiros, como forma natural de preservar o meio ambiente e a medicina alternativa, possibilitando aos alunos e a comunidade a aquisição de remédios sem efeitos colaterais e de baixo custo, além de uma atividade lucrativa, como a venda de ervas para a indústria de manipulação, através de pesquisas voltadas aos efeitos farmacológicos das plantas medicinais, atendendo a todos os interessados na prática do uso das mesmas, como recurso de medicina natural e de preservação do meio ambiente.

Educação Ambiental: uma prática pedagógica – a partir de seus equipamentos próprios, como laboratório de química, o projeto visa oportunizar a comunidade escolar oferecendo a ilha, conhecimentos práticos e econômicos, mostrando diversas alternativas sobre o processo de conservar frutas hortaliças e o leite, para a produção de picles, conservas, doces, xaropes, geléias, compotas, frutas cristalizadas e iogurtes. Além, de gerar um melhor padrão nutricional as famílias, possibilitando de forma adicional, uma redução nas despesas domésticas, com alimentos saudáveis e econômicos e também proporcionar um aumento na fonte de renda.

Limpeza é a nossa praia – objetiva estabelecer parcerias e ações integradas com distritos, associações comunitárias, instituições afins e empresas

para construir atividades, que possibilitem reflexões sobre as relações homem e meio ambiente, permitindo o desenvolvimento de uma nova ética ambiental e desenvolver um trabalho educativo junto aos veranistas, com vistas a sensibilizá-los perante as questões ambientais concernente à problemática do lixo e poluição das águas nas principais praias de Belém.

Revive Outeiro – projeto desenvolvido com alunos do 1º e 2º graus, que parte do desenvolvimento de uma ética sócio-histórico-ambiental e objetiva o resgate e a sensibilização dos indivíduos que usufruem do espaço físico da ilha, quanto à necessidade de intervenção frente aos problemas ambientais.

Movimento comunitário da ilha de Caratateua – Sistematizar o processo de organização popular comunitária da ilha de Carataeua, uma vez que a escola Bosque é fruto da participação popular, que visava proporcionar uma educação de qualidade aos moradores, além de garantir a construção de uma sociedade sustentável. Para tanto, buscou-se identificar os diversos movimentos existentes nesse espaço, bem como, localizar as áreas de abrangência dos mesmos, desvelando de que forma o movimento comunitário articula-se para melhoria da qualidade de vida da população.

A partir dos estudos feitos, observou-se a necessidade de trabalhar com os alunos a noção do que é ser cidadão, da relação de pertencimento do coletivo. Vê-se como é necessário despertar no aluno esta consciência coletiva, para que desde já pratique, pois é na prática da relação com seu semelhante e com a natureza, que o indivíduo constrói como ser histórico um ambiente qualitativamente melhor.

Atendendo aos anseios da comunidade global, previstos na Agenda 21, este trabalho, foi realizado para o levantamento de dados e estratégias de intervenção que poderão construir em nível local e global, uma vez que oportunizam a formação de sujeitos críticos e conscientes.

Existe ainda quatro projetos que estão em fase de discussão, que serão implementados pela Secretaria de Meio Ambiente, a saber: Manejo do açaí, Engorda do camarão, Manejo do parque Zoobotânico e Ecoturismo.

Segundo a diretora da Coordenadoria de Articulação Educacional e Comunicação Social (CAECS) – FUNVERDE, Sra. Kátia Homodono (ex-diretora da FUNBOSQUE nos anos de 96 a 98), “a concretização da Secretaria de Meio Ambiente do município de Belém, vai constituir-se num avanço qualitativo para implementação da Política de Meio Ambiente do município”, na sua concepção não

cabe a uma administração estadual ou municipal, ter várias fundações e secretarias com as mesmas atividades, pois divide mais as ações e o trabalho passa a ser executado de forma pontual, sem uma ação consistente. Com relação à inserção da fundação na Secretaria de Meio Ambiente. A Sra. Kátia ressalta:

A FUNBOSQUE deixa de ser uma Fundação em função da secretaria, no entanto continua com suas atividades escolares, porque a parte dos projetos na área de meio ambiente e Educação Ambiental serão coordenados em uma relação com a escola, pela Secretaria de Meio Ambiente, então vamos coordenar e articulando a FUNVERDE e a própria Agência Distrital a estes projetos⁸.

A FUNBOSQUE foi fundada com o intuito de ser referência de Educação Ambiental do estado do Pará, porém esta concepção está sendo revista pela atual gestão municipal (2001/2004), pois esta não possui estrutura física e humana para potencializar a Política de Educação Ambiental para o município. Contudo vale ressaltar, que a mesma gerenciou vários projetos sociais com a participação da comunidade, e vão ter continuidade, segundo Kátia Homodono, com a concretização da Secretaria.

A FUNVERDE foi fundada com a finalidade de criar, implantar, conservar, proteger, recuperar, monitorar, fiscalizar e administrar as áreas verdes do município de Belém, as suas funções básicas, são:

- a) Ampliar o número de espaços urbanos destinados a áreas verdes públicas por bairro ou zona de planejamento do município de Belém;
- b) Estabelecer as diretrizes para a criação, implantação, preservação, conservação, recuperação e manutenção das áreas verdes públicas (arborização de ruas e vias);
- c) Estabelecer diretrizes, elaborar e implantar o Plano Diretor de Áreas Verdes Públicas e Arborização de rua;
- d) Implantar, recuperar, manter, monitorar, fiscalizar, e administrar as áreas verdes públicas;
- e) Definir e implantar os programas de plantio, manejo e monitoramento da arborização das avenidas, ruas, vias e demais logradouros públicos;
- f) Definir e implantar os programas de criação, recuperação e manutenção de praças e jardins e outras áreas verdes públicas;

⁸ Entrevista realizada na sede do CAECS – FUNVERDE em 16/03/01.

- g) Propor a criação e ampliação de unidades de conservação e outras áreas protegidas;
- h) Elaborar e implantar os planos de manejo para as unidades de conservação;
- i) Administrar as unidades de conservação;
- j) Propor a criação de outras modalidades de áreas protegidas;
- k) Definir e implantar projetos de recuperação de áreas degradadas, de risco e de fragilidade ambiental;
- l) Propor a criação de benefícios e instrumentos de incentivos a ampliação e recuperação de áreas verdes privadas;
- m) Promover e estimular o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas concernentes à sua finalidade e área de atuação;
- n) Promover e apoiar estudos e pesquisas de espécies vegetais adequadas às condições edafoclimáticas e estrutura urbana da parte continental do município de Belém e das ilhas do Município;
- o) Definir e implementar formas de parceria com o setor privado para implantação, recuperação, manutenção de áreas verdes públicas e arborização de avenidas, ruas e vias;
- p) Definir diretrizes, normas e condições de uso das áreas verdes públicas entre outras.

Com a formalização da Secretaria de Meio Ambiente, as atribuições da FUNVERDE, passará a ser executada pela Secretaria de Meio Ambiente.

Durante a entrevista, a Sa. Kátia Homodono ressaltou que o programa de gestão atual em relação à Política de Meio Ambiente, tem como compromisso:

Contribuir para melhoria da qualidade de vida da população belenense, entendendo que para melhor efetivação desta gestão, há necessidade de se ampliar o conhecimento de cada fator compreendido na extensa cadeia de interações (recursos naturais, saneamento, habitação, saúde, turismo, economia, educação, transporte, entre outros) requer política de natureza integradora, possibilitando o diálogo, a comunicação e a participação, uma vez que, a gestão ambiental, permeia e interage com todas as políticas públicas.

As linhas de ação para implementação da Política Ambiental do poder público municipal, para esta gestão são:

- Aspectos legais (ética e valores sociais da cidade);
- Educação Ambiental (no meio da gente, uma nova Belém);
- Controle Ambiental (co-geração da qualidade ambiental);

- Participação popular (sujeitos de uma nova história);
- Gestão das áreas verdes (Belém, Amazônia viva).

Na atual gestão municipal o Programa de Educação Ambiental compreende as seguintes ações, segundo o Programa do Governo Municipal, capítulo VI – Meio Ambiente: Resultados das Aspirações Humanas:

- Núcleos de Educação Ambiental Distritais (NEADS) – a proposta de criação NEADS, formados por associações, movimentos populares, cooperativa, comitês ambientais, escolas, igrejas, etc. Cada núcleo funcionará como um espaço aglutinador e irradiador de Educação Ambiental, motivando a formação de agentes multiplicadores e de ações contidas de Educação Ambiental, tendo como perspectiva a implantação da Agenda 21.

No futuro os NEADS deverão construir importante mecanismo para a prevenção e a redução de danos ambientais e para o fomento ao desenvolvimento social.

- Formação de monitores ambientais – articulados com o Programa Família Saudável e os NEADS, visando a implementação da Agenda 21 distrital.
- Criação de pólos de produção por distrito – articulados com o banco do povo e cooperativas, estimulando a geração de recursos, através de produção e venda de material botânico, reciclagem, compostagem e reaproveitamento de materiais degradáveis e não degradáveis, ecoturismo, artesanato, etc. Onde a receita arrecadada, terá uma parte destinada às cooperativas e outras ações a serem executadas pelos NEADS.
- Implantação do programa de saúde ambiental – articulado com a SESMA e SECOM, visando o aperfeiçoamento da medida caseira, da agricultura de quintais, de hortas comunitárias e da alimentação alternativa.
- Implementação dos projetos, como: Pequeno jardineiro, o qual visa possibilitar o desenvolvimento de técnicas para o cultivo de plantas à população de baixa renda, visando à inserção desses no mundo do trabalho, bem como, assegurar seus espaços de cidadania; Esse rio é minha rua, visa melhorar o meio ambiente urbano, especialmente das populações residentes nas áreas próximas aos rios, possibilitando a

geração de emprego e renda; Jogue limpo com Belém, expansão das ações de Educação Ambiental, que envolva trabalhadores do mercado formal e informal e a população em geral, por meio de mecanismos, que visam a concepção de uma postura ecologicamente correta em relação ao meio ambiente e controle social de caráter permanente.

- Construindo novos projetos, como: Minha rua é minha casa, visa incentivar a população à conservação, preservação dos recursos naturais e do patrimônio histórico-cultural através dos NEADS; Reciclando a vida, desenvolver ações educativas visando o reaproveitamento do lixo, atendendo aos princípios da redução e reciclagem, por meio do desenvolvimento de tecnologias alternativas, numa perspectiva auto-sustentável, propiciando melhoria das condições de saúde ambiental e geração de renda; Verde que te quero ver, visa desenvolver ações educativas através dos NEADS para a prática da revitalização, manutenção e criação de áreas verdes, visando à preservação, conservação e recuperação de ecossistemas de relevante interesse ambiental, promovendo parcerias com órgãos públicos e privados, para a otimização de viveiros de plantas regionais, com vista a geração de emprego e renda.

Em relação ao Programa de Educação Ambiental do município de Belém, Kátia Homodono ressalta:

A prefeitura de Belém na área da discussão do meio ambiente e da Agenda 21 local, o programa de Educação Ambiental que começamos a elaborar e os NEADS. Na verdade são três grandes tarefas que estão interligadas, porque os núcleos para nós enquanto governo, vão ser um espaço da participação e discussão da população nos próprios distritos, onde possa estar fomentando e levantando as problemáticas socialmente em Belém e possíveis soluções. Nesse sentido, a tarefa dos núcleos é bem significativa. A nossa função neste processo é trabalhar na criação, no fortalecimento e na funcionalidade de fato dos núcleos, este é o nosso grande desafio.

No que concerne a Agenda 21 local, a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), através da Câmara Municipal no uso de suas atribuições legais, institui a Lei nº 7875 de 10 de março de 1998 que instala a Agenda 21 Local e o Fórum 21 Belém. Segundo Kátia Homodono, “hoje a tarefa prioritária do município é a implementação desta Agenda, para tanto, estamos fechando reuniões de trabalhos

para realizar o Fórum Belém, que tem como uma de suas atribuições, implantar a Agenda 21 Local.

Outra ação, que faz parte do Programa de Educação Ambiental, implementado pela PMB é o Comitê Ambiental. Este segundo Kátia Homodono, “nasceu no primeiro momento dentro das secretarias municipais, onde se formou grupos de funcionários eleitos que ficaram responsáveis pela implantação de discussões sobre Educação Ambiental”.

Essa foi uma necessidade detectada pelo governo que no programa geral, resolveu investir através da marca Valorização do Servidor. Esse comitê se constituiu em um espaço onde o próprio servidor pudesse falar, ter uma relação com o secretário, com o próprio prefeito, se tornando em um canal de comunicação e de reivindicação [...] o comitê é um elo entre o funcionário e a direção. Esta iniciativa está norteada a concepção de que o meio ambiente, não é um espaço ali longe, mas também o nosso espaço de trabalho e a nossa relação com os colegas.

[...] A partir desta iniciativa veio à necessidade de se criar os Comitês Ambientais nas ruas, nas passagens, principalmente onde a prefeitura de Belém constrói obras. Esses Comitês Ambientais ficaram responsáveis pela fomentação de discussões e ações no bairro, com relação a várias problemáticas, como o problema do armazenamento do lixo [...] Esses comitês foram mais difíceis de serem implantados por abarcarem problemas mais amplos, mas ainda hoje existem alguns comitês que inclusive demandam ações nossas como: pedido para realizarmos oficinas de horta comunitária, de como acondicionar o lixo, entre outras.

As ações de Educação Ambiental, executadas no município de Belém são norteadas a partir do viés político, que interage as questões do meio ambiente natural e social. Nesse sentido, a Educação Ambiental é trabalhada como Política Social.

O Programa de Educação Ambiental que a gestão municipal está discutindo é realmente inovador e de uma abrangência significativa, a gestão popular na execução dessas políticas é uma ação necessária, pois isto é evidenciado, com a criação dos NEADS, que terão papel fundamental nesse processo.

A proposta de criação dos NEADS será formada por associações, movimentos populares cooperativas, escolas, igrejas, etc. Cada núcleo funcionará com um espaço aglutinador e irradiador de Educação Ambiental, motivando a formação de agentes multiplicadores e de ações continuadas de Educação Ambiental, tendo como perspectiva a implantação da Agenda 21. No futuro, os NEADS deverão construir importante mecanismo para a preservação e a redução de danos ambientais e para o fomento do desenvolvimento social. (PROGRAMA DO GOVERNO MUNICIPAL, p. 50-51).

No programa de Educação Ambiental para o município, as questões sociais, culturais, econômicas, institucionais, históricos, estão contempladas.

Os projetos executados pela SEHAB, denominados de Projetos Sociais de Participação Comunitária (PROMORADIA), são treze, sendo eles financiados pela Caixa Econômica Federal (CEF), onde suas áreas de abrangência são:

- 1 Área da Radial II, localizado em linha reta 1,70 Km do centro da cidade, o seu acesso se dá através de duas vias principais: Avenida Bernardo Sayão e Roberto Camelier;
- 2 Áreas das Laranjeiras, que se localiza na Rua Fernando Guilhon (antiga Conceição), com acesso efetuado pela passagem Jacó e fundo projetado para a Av. Bernardo Sayão – Jurunas;
- 3 Conjunto Eduardo Angelim I, II e III, Rodovia Augusto Montenegro Km 11;
- 4 Residencial Jardim Bom Futuro, localizado na passagem Benguí, limitado pela passagem Benfica e Rua Distrito Administrativo do Benguí;
- 5 Área Morada de Deus I e II está localizada na Rodovia de Acesso a ilha de Caratateua (Outeiro), ao lado do terreno de propriedade da AMAZONEX, Distrito Administrativo de Icoaraci – DAICO;
- 6 São Gaspar, situado na Rua São Clemente s/n em frente ao residencial Aldo Almeida no bairro do Tapanã;
- 7 Área Nova Belém I e II, que está situada entre 4ª e 5ª linha, no bairro do Tenoné, pertencente ao Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO);
- 8 Residencial Raimundo Jinkings está localizado na Rodovia do Tapanã s/n, em frente ao conjunto Cordeiro de Farias;
- 9 Área Malvinas localizada na Avenida Pedro Álvares Cabral, na confluência com a Avenida Júlio César.

É relevante ressaltar, que dos 13 projetos sociais executados pela SEHAB, apenas 6 estão em andamento, ou seja, construção da obra, são elas: Laranjeiras, Bom Futuro, Raimundo Jinkings, Nova Belém I e II e Morada de Deus I.

Com o objetivo de analisarmos, a Diretriz Política da Educação Ambiental, que norteia os projetos sociais executados pela SEHAB. Realizamos uma leitura minuciosa dos mesmos.

Nos projetos sociais, a questão da problemática da ocupação desordenada e enfocada como preocupação prioritária. Vejamos o que discorre os referidos projetos sobre o assunto:

O volume de ocupação desordenada vem aumentando assustadoramente, comprovando desta forma a excessiva dinâmica urbana que vem se materializando em nosso município, sobrepondo-se definitivamente as propostas de políticas públicas adotadas até então, e a constatação da realidade de que é preciso urgentemente adotar-se a novas formas de intervenção públicas e políticas adequadas a nossa cidade (PROJETO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, NOV/97)

A leitura que esses projetos executam sobre a política habitacional é bem ampla, inclusive se coloca como fundamental a participação da comunidade, que é beneficiada com as obras executadas pela prefeitura. Dentro dessa perspectiva se estabelecem atividades voltadas para a Educação Sanitária/Ambiental.

[...] Será desenvolvido também um processo dinâmico de atividades voltadas a Educação Ambiental, com a participação da comunidade que será conduzido de forma a valorizar o empreendimento como valorizar acima de tudo, o papel da comunidade nas suas decisões que afetarão a seu modo de vida (PROJETO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, NOV/97).

[...] Nesse sentido, é que se justifica trabalhar efetivamente a participação comunitária nos seus aspectos de mobilização e organização comunitária, capacitação e Educação Ambiental, com vistas a real valorização do empreendimento e do seu papel enquanto sujeito de todo esse processo, bem como desenvolver ações que envolva integralmente a população demandante, com vistas a redução das desigualdades sociais [...] (PROJETO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, NOV/97)

A partir da análise dos projetos sociais implementados pela SEHAB e de entrevistas gravadas com Assistentes Sociais, que executam programas, atividades com a população que é beneficiada com as obras construídas pela prefeitura, constatamos que o Departamento Social desta secretaria trabalha três eixos políticos, os quais são: Grupo de emprego e renda, Capacitação sócio-política e Educação Ambiental.

A Capacitação sócio-política está identificada no seguinte item:

Desencadear um processo no qual a população passe assimilar as situações e problemas apresentados na área, partindo para a co-participação na implementação dos serviços propostos. (PROJETO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, NOV/97)

O eixo político que trabalha, a capacitação de emprego e renda está contemplando no seguinte objetivo: “promover o aumento da renda familiar, inserindo a mão-de-obra local na execução dos serviços de infra-estrutura da área”.

A política habitacional do município em termos sócio-metodológicos traz, a concepção de interação entre os fatores sociais, ambientais, políticos, econômicos, culturais e institucionais. Há o entendimento de assentamento mais humano, onde não prima somente à questão da casa, mas sim, a implementação de água, sistema de drenagem, sistema de esgoto sanitário, pavimentação de vias, além da regularização fundiária.

A Educação Ambiental nesse processo também é contemplada – Será desenvolvido um processo dinâmico de atividades voltadas a Educação Sanitária/Ambiental com a participação da comunidade (SEHAB, 1997).

Porém, apesar da Educação Ambiental estar identificada nos projetos sociais da secretaria, dos treze projetos, apenas dois estão em ação, sendo que estes são encarados com desafio e compromisso para a equipe do Departamento Social.

4.2 A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BELÉM

A complementação da pesquisa de campo, será realizada através de análises acerca das ações que norteiam a prática profissional do Assistente Social frente às políticas de Educação Ambiental nos órgãos municipais acima referenciados.

A pesquisa mostrou que dos três órgãos analisados, apenas na SEHAB existe a presença do Assistente Social, que trabalha com a Educação Ambiental.

Atualmente na SEHAB, trabalham 11 (onze) Assistentes Sociais, sendo que uma ocupa o cargo de diretora do Departamento Social, outra, chefia a Divisão de Pesquisa e outra, chefia a Divisão de Desenvolvimento Comunitário, onde 8 (oito) trabalham em campo, executando atividades, programas com a população beneficiada com as obras executadas pela secretaria.

É importante dizer, que das 11 (onze) Assistentes Sociais, 4 (quatro) trabalham diretamente com a Educação Ambiental, são elas: Cristina dos Santos (Eduardo Angelim I e II), Terezinha do Vale (Radional), Yemojara Barata (Morada de Deus) e Cláudia Lago (Malvinas).

Para investigarmos a intervenção do Assistente Social frente à Educação Ambiental, utilizamos entrevistas gravadas. Dando ênfase a profissionais que trabalham com a Educação Ambiental.

Foi evidenciado na pesquisa que a Educação Ambiental nesta secretaria é executada como um eixo político que norteia os Projetos Sociais de Participação Comunitária (PROMORADIA), não existindo um projeto de Educação Ambiental para o Departamento Social, no entanto, é uma necessidade detectada na fala da Assistente Social Cristina Santos:

A questão da execução do eixo político da Educação Ambiental foi implementada de fato na secretaria, mais ou menos em novembro do ano passado. Apesar de ser um eixo político prioritário, nos projetos sociais de participação comunitária, ela foi realizada na coragem, porque não temos um projeto de Educação Ambiental no departamento [...] A área do Eduardo Angelim I e II, Radional, Morada de Deus e Malvinas, são as quatro que estão executando Educação Ambiental [...] A partir destas experiências, vamos começar a sistematizar o Projeto de Educação Ambiental para o Departamento Social da secretaria, que entendemos que é uma necessidade.

A Assistente Social Cristina Santos ressaltou que a implementação de ações voltadas para a Educação Ambiental foi uma necessidade surgida no cotidiano de sua ação profissional. Nesse sentido:

A necessidade de se realizar a Educação Ambiental na área, foi detectada no cotidiano [...] Então começamos a implementá-la através de comissões de Educação Ambiental. A partir daí começamos a ver quais são órgãos do município que executam essa política, para entrarmos em contato [...] Fechamos parceria com a FUNVERDE que já realizou na área oficinas de formação e capacitação, que na verdade vão se transformar em núcleo de Educação Ambiental [...] Outras secretarias que vão somar esforços conosco é a SESMA, onde entra para promover cursos de horta comunitária e falar a respeito do Projeto Farmácia Nativa.

Ao perguntar qual a contribuição do Assistente Social frente à Educação Ambiental, Cristina Santos ressalta:

Eu acredito que a nossa contribuição frente à Educação Ambiental é muito importante, pois tudo passa pela organização comunitária, se hoje estamos implementando o Núcleo de Educação Ambiental na área, é porque já fizemos um trabalho educativo antes [...] Agora entendo que a gente precisa se capacitar mais nesta área, ter uma fundamentação teórica, metodológica para responder com mais eficiência essa demanda [...] Penso que a Educação Ambiental tem que ser trabalhada como política realmente, hoje ela está na ordem do dia, mas ainda se vê as ações fragmentadas, pontuais de Educação Ambiental, acredito que com a proposta de se ter uma Secretaria de Meio Ambiente para Belém, a Educação Ambiental ganhe em qualidade.

A Assistente Social Terezinha do Vale, que trabalha na área da Radional, executando ações específicas em Educação Ambiental, ressaltou em entrevista que:

Entendo que a Educação Ambiental hoje é uma ação importante. Inclusive no nível municipal existem vários projetos que englobam essa questão como: a Biorremediação do Áura, Sementes do Amanhã e vários outros. Aqui na secretaria, nós na verdade estamos começando a caminhar nessa questão, por exemplo, na Radional, estamos realizando atividades com grupos de jovens com faixa etária de 14 a 17 anos, nestas atividades procuramos focar problemas que a comunidade enfrenta como: a questão do lixo, as importâncias de saber armazená-lo, inclusive essa atividade já tem uma chamada interessante “Radional sem lixo é um luxo”.

Terezinha do Vale enfocou ainda que é preciso a sistematização de um projeto específico de Educação Ambiental, para a secretaria, frisando que esta é uma política prioritária.

É importante executarmos a Educação Ambiental hoje em nossa intervenção em campo, pois engloba várias questões como: a habitação, família, escola, mas é preciso elaborar um projeto de Educação Ambiental para a secretaria para melhor subsidiar nossa ação [...] a Educação Ambiental é uma política prioritária como outras políticas (saúde, seguridade social, etc.) [...] agora precisamos realizar treinamento para nos qualificarmos melhor.

A Assistente Social Márcia Andréa, que é responsável pela chefia de Divisão de Desenvolvimento Comunitário, frisou em sua entrevista, que a Educação Ambiental é um eixo político implementado na secretaria, destacando:

[...] é um eixo político executado nos projetos sociais de participação comunitária da secretaria, o qual está começando a ser implantado na prática, especificamente nas áreas do conjunto Eduardo Angelim I, Radional, Morada de Deus I e Malvinas. É importante dizer que nós entendemos a questão habitacional como uma política ampla, ou seja, trabalhamos com assentamentos mais humanos, que envolve a melhoria da qualidade de vida total, não somente a casa, mas o saneamento básico, ou seja, o esgoto, fossa, etc.

[...] O desenvolvimento de projeto social, traz fundamentalmente a participação efetiva da comunidade, através de grupos formais e informais existentes ou a serem formados, aliados a Educação Ambiental e Sanitária da população envolvida, com a finalidade precípua de preparar diretamente o beneficiado para a assimilação e apropriação dos benefícios implantados ou serem implantados como forma de garantia a conservação do ambiente construído.

Em relação à intervenção do Assistente Social frente à Educação Ambiental, Márcia Andréa ressaltou ainda:

[...] O Assistente Social tem papel fundamental nesse processo, nós por trabalharmos com a participação comunitária, temos uma ação educativa importante [...] vou dar exemplo: em uma intervenção que

realizei em campo, me deparei com uma senhora que iria ser beneficiada com uma obra, quando fomos fazer visita domiciliar, explicamos à ela os beneficiamentos que ela iria ganhar como água encanada, imediatamente ela colocou que não queria, pois tinha um poço artesanal. Quando fomos verificar o poço estava bem perto da fossa, contaminando a água que consumia. Bom, nesse momento tivemos que fazer uma abordagem educativa, com o objetivo de esclarecê-la, levando informações necessárias.

Os Assistentes Sociais entrevistados que trabalham hoje no município de Belém, com ações ligadas à Educação Ambiental, apresentam a concepção de que esta é uma demanda que se apresenta hoje ao profissional de Serviço Social. Os mesmos foram unânimes em afirmar que a Educação Ambiental deve ser trabalhada como política prioritária, nesse sentido é necessário investir na capacitação teórico-metodológicos, para melhor intervir nesta realidade.

Um aspecto importante detectado na pesquisa é a presença da Educação Ambiental como frente da atuação profissional que está em expansão no município de Belém. A criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente que esta em discussão, vai precisar de profissionais qualificados para ocupar de coordenação, de chefia, dentre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que realizamos sobre a Política de Educação Ambiental no município de Belém, sob um olhar do Serviço Social, implicara em algumas reflexões, das quais não podemos nos furtar, portanto apresentamos a necessidade de formular algumas considerações, que são finais para o trabalho, porém esperando abrir caminhos para novas investigações.

Ao debruçarmos sobre o objeto de estudo, verificamos a necessidade de fazer uma leitura reflexiva, crítica sobre as Políticas Sociais gestadas no Brasil, pelo fato de compreendermos que a Educação Ambiental, deva ser trabalhada como Política Social. Está análise nos trouxe a constatação que a política educacional definida para nosso povo, até então, havia sido a de tomar a educação inoperante, produtora de cidadãos passivos, omissos e destituídos de habilidade de organização comunitária (DIAS, 1991).

Neste contexto está presente o descaso do governo brasileiro com políticas sociais em geral.

A história recente da Educação Ambiental, mostra que o status o qual lhe foi conferido, foi a prática do ecologismo do verde, ou seja, em termos sócio-políticos, a questão ambiental era vista como algo pertinente as florestas, mares e animais ameaçados de extinção, não tendo um aporte que a reconhecesse como direito, ou melhor, sem levar em consideração o homem e seu meio.

A partir dos anos 70, as discussões sobre a qualidade de vida no planeta se intensificaram, os desastres ecológicos que foram tão comuns nesta época funcionaram como um desencadeador. Estes encontros traziam reflexões sobre o desenvolvimento econômico, sem precedentes efetuados pelos países desenvolvidos.

Neste contexto, o movimento dos ecologistas foi motivado, por incentivados à efetivação destes debates, alertando a opinião pública sobre os problemas que o desenvolvimento econômico estava causando ao planeta como: a contaminação do ar e do mar. A maioria destes movimentos tinham um caráter puramente ecológico, uma visão romântica da natureza, mas não podemos perder de vista, que os mesmos seriam significativos para a efetivação de ações do governo internacional e nacional sobre a problemática sócio-ambiental no mundo.

Verificamos através da pesquisa de campo nos órgãos municipais FUNBOSQUE, FUNVERDE e SEHAB, que existem 11 (onze) assistentes sociais

executando atividades na área de Educação Ambiental. Na análise das entrevistas verificamos que esses profissionais necessitam se capacitarem teoricamente para a qualificação de sua intervenção profissional nesta área de atuação.

Outro aspecto relevante, é quanto ao crescimento desta demanda ocupacional no Município de Belém, pois evidencia-se que com a criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, potencializará oportunidades para vários profissionais ocuparem cargos de coordenação, de chefia e dentre outros.

Detectamos ainda, a partir da análise histórica do movimento ambientalista, a relação entre o natural e o artificial, matéria ligada pela ação humana. O homem antes ocupava um pequeno espaço no interior da natureza, sendo que, sua relação com esta humanizou-se, e o ser natural transformou-se em ser social. A partir deste momento passou a ocupar todos os espaços da natureza, criou artefatos, a tal ponto que o natural passou a ser absorvido pela esfera do artificial, interagindo diretamente na natureza e possibilitando a criação de uma natureza própria.

A profissão de Serviço Social, tem papel fundamental, pois nas últimas décadas do século XX, e no novo milênio, vem manifestando-se diretamente sobre a garantia dos direitos sociais, sobre a ampliação dos poderes políticos e da participação social.

Acreditamos que o assistente social, tem papel imprescindível frente a nova demanda da Educação Ambiental, pois este profissional tem como responsabilidade assumir o exigente papel que cabe ao Serviço Social no plano da Educação Ambiental, de contribuir para à proteção do meio ambiente, ou seja, assegurar direitos humanos e sociais, respaldados através de sua práxis social.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e Filosofia das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1982.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. **Proposta da ABESS - Norte para o novo projeto de formação profissional do assistente social**. Belém: ABESS - Norte, 1996.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BELÉM. Secretaria Municipal da Educação. **Caminhos da educação**. Belém: PMB: SEMEC, 1996c. (Série Planejamento, 4).
- BELÉM. Secretaria Municipal da Educação. **Caminhos da educação**. Belém: PMB: SEMEC, 1996d. (Série Planejamento, 5).
- BELTRÃO, Jimena Felipe; BELTRÃO, Jane Felipe. **Educação ambiental na Pan-Amazônia**. Belém: UNAMAZ: UFPA, 1992.
- BIERRENBACH, Maria Inês Rocha de Souza. **Política planejamento social**. São Paulo: Cortez, 1981.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Educação Ambiental: experiências e perspectivas**. Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília, 1997c.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. **III Plano Total de Educação, Cultura e Desporto (1980-1985)**. Brasília, 1980.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, 1997b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Ambiental**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/index.php?option=content&task=view&id=140&Itemid=280>>. Acesso em: 22 ago. 2000.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Conselho Nacional da Amazônia Legal. **Política nacional integrada para a Amazônia Legal: documentação básica**. Brasília, 1995.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Comunidade solidária: todos por todos**. Brasília, 1996.

- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre conceito de região**. Porto Alegre: UFRGS, 1988.
- CAMARDELO, Ana Maria. Estado, Educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 46, 1994.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CARDOSO, Ruth. Comunidade solidária: o desafio e a oportunidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 1-3, 14 maio 1995.
- CARVALHO, Delza Maria. O Desafio das políticas sociais no Brasil: uma reflexão sobre pobreza e direitos sociais. In: SEMINÁRIO AVANÇADO DE SERVIÇO SOCIAL, 3., 1998. Belém. **Anais ...** Belém: UFPA, 1998. p. 9-14.
- CARVALHO, Delza Maria. **Política e exclusão social**: um estudo sobre o Município de Cametá (PA). Belém: Camutás, 1998.
- CASCINO, Fábio. **Educação ambiental**: princípios, história, formação de professores. São Paulo: SENAC, 1999.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Organização do campo como resposta**: pobreza, desenvolvimento e crise ecológica. Belém: UFPA, 1992.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.
- CAVALCANTE, Clóvis (Org.). Educação Ambiental como um dos instrumento de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: _____. **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1998.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. Ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMAZÔNIA 21: uma agenda para um mundo sustentável, 1., 1997. Brasília. **Anais ...** Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1998.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1997. Brasília. **Anais ...** Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1997.
- CORRÊA, Robert Lobato. **Região e organização especial**. São Paulo: Ática, 1987.
- COVRE, Maria de Lourdes M. A. **Fala dos homens**: análise do pensamento tecnocrático. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 64; 81.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. Brasília: Gaia, 1993.
- DIAS, Genebaldo Freire. Os Quinze da educação ambiental no Brasil. **Revista em Aberto**, ano, 10, n. 48, p. 3-14, jan./mar. 1991.
- DRAIBE, Sônia. As Políticas Sociais do Neoliberalismo. **Revista USP**, v. 17, mar./abr./maio 1993.
- FERNANDES, José. **Educação e ambiente**. Petrópolis: Vozes, 1983.

- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 4 mar. 1996.
- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 5 abr. 1996.
- FREITAG, Barbara. **Escola, Estado & Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**. São Paulo: Cortez, 1983.
- GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez: Unicamp, 1993.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.
- LIMA, Bores Alex. **Reflexões sobre política social**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MAGALHÃES, Luís Marconi Fontes. Educação ambiental. In: MEIO ambiente qualidade de vida e desenvolvimento. Belém: UFPA, 1992. 140 p.
- MARSHALL, T. H. **Política social**. São Paulo: Zahar, 1967.
- MEDINA, Naná Minimmi. Especialização em educação ambiental UFMT: análise e proposta. **Revista de Educação Pública**. v. 2, n. 2, p. 242-258, out. 1993.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- PARÁ. Secretaria de Educação e Cultura. **Fundamentos, razões, objetivos e perspectivas: Escola Bosque**. Belém, 1995.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Avaliação do programa comunidade solidária**. Brasília, 1997.
- PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria "Concessão – conquista". **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 18, n. 53, 1997.
- PINHEIRO, Maria Esolina. **Serviço social: documento histórico**. São Paulo: Cortez, 1985.
- PINTO, Rosa Maria Ferreira. **Política educacional e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1986.
- PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- REIGOTA, Marcos. Fundamentos teóricos para a realização da educação ambiental popular. **Em Aberto**, ano 10, n. 49, jan./mar. 1991.
- RODRIGUES, Tereza Cristina Oliveira. Educação ambiental com os moradores de uma área impactada pelo Projeto Caulim – Barcarena (PA). In: SEMINÁRIO AVANÇADO DE SERVIÇO SOCIAL, 1988. Belém. **Anais ...** Belém: UFPA, p. 20-27.
- RODRIGUES, Tereza Cristina Oliveira. O Serviço social na gestão do meio ambiente. In: SEMINÁRIO AVANÇADO DE SERVIÇO SOCIAL, 3., 1998. Belém. **Anais ...** Belém: UFPA, p. 8-10.

RODRIGUES, Tereza Cristina Oliveira. Serviço social e meio ambiente: uma reflexão sobre a relação ensino/aprendizagem. In: OPÚSCULO de ética. Belém: UFPA, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Instrumentos em serviço social**: elementos para a discussão. 1994. 95 f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SEARA FILHO, Germano. Apontamento de introdução a educação ambiental. **Revista CETESB**, n. 1, p. 40-44, 1992.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Recursos naturais e turismo na Amazônia**. Belém, 1997.